

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	62
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	59.398
Preferenciais	4.453
<b>Total</b>	<b>63.851</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	4.341.079	4.201.029
1.01	Ativo Circulante	1.168.997	1.357.507
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	259.066	457.209
1.01.03	Contas a Receber	661.014	622.227
1.01.03.01	Clientes	640.225	607.711
1.01.03.01.01	Consumidores	640.225	607.711
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.789	14.516
1.01.03.02.01	Rendas a Receber	18.097	9.150
1.01.03.02.02	Títulos a Receber	2.692	5.366
1.01.04	Estoques	11.756	11.006
1.01.04.01	Almoxarifado	11.756	11.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	54.711	61.817
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	54.711	61.817
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social	10.116	15.803
1.01.06.01.02	Outros Tributos a Recuperar	44.595	46.014
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	182.450	205.248
1.01.08.03	Outros	182.450	205.248
1.01.08.03.01	Serviços em Curso	27.583	39.441
1.01.08.03.02	Aquisição de Combustível p/Conta CCC	39.955	67.856
1.01.08.03.03	Redução de Receita - Baixa Renda	19.295	15.061
1.01.08.03.20	Outros	95.617	82.890
1.02	Ativo Não Circulante	3.172.082	2.843.522
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	970.143	764.532
1.02.01.03	Contas a Receber	24.931	28.640
1.02.01.03.01	Clientes	23.006	26.715
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.925	1.925
1.02.01.06	Tributos Diferidos	119.302	89.790
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	119.302	89.790
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	113.909	108.053
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	113.909	108.053
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	712.001	538.049
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	8	9
1.02.01.09.04	Depósito Judiciais	30.638	27.335
1.02.01.09.05	Impostos de Renda e Contrib. Socias a Recuperar	41.632	40.613
1.02.01.09.06	Outros tributos a recuperar	47.850	41.682
1.02.01.09.07	Sub-rogação da CCC	192.139	138.509
1.02.01.09.08	Ativo Financeiro - Bens da Concessão	398.508	275.831
1.02.01.09.20	Outros	1.226	14.070
1.02.02	Investimentos	25.639	25.782
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	25.639	25.782
1.02.04	Intangível	2.176.300	2.053.208
1.02.04.01	Intangíveis	2.176.300	2.053.208
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	2.176.300	2.053.208

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	4.341.079	4.201.029
2.01	Passivo Circulante	1.396.561	1.377.368
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	130.656	86.313
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	130.656	86.313
2.01.01.02.01	Folha de pagamento	4.649	8.217
2.01.01.02.02	Indenizações trabalhistas	126.007	78.096
2.01.02	Fornecedores	251.639	242.533
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	251.639	242.533
2.01.03	Obrigações Fiscais	229.057	211.262
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	114.015	125.806
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	114.015	125.806
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	115.042	84.790
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	0	666
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	531.262	588.665
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	524.983	584.609
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	370.323	516.863
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	154.660	67.746
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	6.279	4.056
2.01.04.03.01	Em Moeda Nacional	6.279	4.056
2.01.05	Outras Obrigações	253.947	248.595
2.01.05.02	Outros	253.947	248.595
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	30.043	34.825
2.01.05.02.04	Operações de Swap	76.737	81.769
2.01.05.02.05	Taxa de Iluminação Pública	22.275	19.109
2.01.05.02.06	Taxas Regulamentares	20.328	11.938
2.01.05.02.07	Obrigações Programa de Eficiência Energética	25.397	33.505
2.01.05.02.08	Obrigações estimadas - trabalhistas	14.777	9.591
2.01.05.02.09	Benefício Pós-Emprego	2.440	3.304
2.01.05.02.20	Outros	61.950	54.554
2.02	Passivo Não Circulante	2.212.800	1.932.002
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.429.643	1.006.214
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.424.298	999.438
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	950.404	874.777
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	473.894	124.661
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	5.345	6.776
2.02.01.03.01	Em Moeda Nacional	5.345	6.776
2.02.02	Outras Obrigações	584.035	703.206
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	128.062	136.415
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	128.062	136.415
2.02.02.02	Outros	455.973	566.791
2.02.02.02.03	Obrigações fiscais	286.108	262.972
2.02.02.02.04	Operações de Swap	44.398	96.738
2.02.02.02.05	Obrigações Programa de Eficiência Energética	46.843	35.277
2.02.02.02.06	Plano de Aposentadoria e Pensão	13.983	13.983
2.02.02.02.07	Indenizações Trabalhistas	5.348	98.011
2.02.02.02.20	Outros	59.293	59.810

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.02.03	Tributos Diferidos	184.556	206.995
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	184.556	206.995
2.02.03.01.01	Encargos Tributários sobre Reserva de Reavaliação	184.547	197.387
2.02.03.01.02	Outros	9	9.608
2.02.04	Provisões	14.566	15.587
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	14.566	15.587
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	11.409	12.318
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.157	3.269
2.03	Patrimônio Líquido	731.718	891.659
2.03.01	Capital Social Realizado	518.932	518.932
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-150.690	-15.673
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	363.476	388.400
2.03.08.01	Reserva de Reavaliação em Ativos Próprios	363.476	388.400

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	621.745	1.833.444	533.899	1.444.645
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-508.396	-1.543.550	-419.263	-1.164.476
3.03	Resultado Bruto	113.349	289.894	114.636	280.169
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-46.835	-135.163	-46.683	-157.190
3.04.01	Despesas com Vendas	-14.960	-43.240	-18.312	-66.651
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-28.423	-84.997	-32.345	-89.569
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	896	1.396	5.691	6.160
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-4.348	-8.322	-1.717	-7.130
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	66.514	154.731	67.953	122.979
3.06	Resultado Financeiro	-183.087	-367.821	-106.851	-220.987
3.06.01	Receitas Financeiras	56.587	182.396	64.312	233.267
3.06.02	Despesas Financeiras	-239.674	-550.217	-171.163	-454.254
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-116.573	-213.090	-38.898	-98.008
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	35.051	53.149	11.691	-3.384
3.08.01	Corrente	1.198	1.198	558	-4.362
3.08.02	Diferido	33.853	51.951	11.133	978
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-81.522	-159.941	-27.207	-101.392
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-81.522	-159.941	-27.207	-101.392
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-1,27675	-2,50491	-0,42610	-1,58795
3.99.01.02	PNA	-1,27675	-2,50491	-0,42610	-1,58795
3.99.01.03	PNB	-1,27675	-2,50491	-0,42610	-1,58795
3.99.01.04	PNC	-1,27675	-2,50491	-0,42610	-1,58795

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	68.343	-141.206
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	195.430	125.207
6.01.01.01	Prejuízo do exercício	-159.941	-101.392
6.01.01.02	Perda no valor recuperável	-4.249	13.863
6.01.01.03	Depreciação e amortização (investimento e intangível)	109.752	93.362
6.01.01.04	Encargos de dívidas, juros e variações monetárias e cambiais líquidas	288.736	120.951
6.01.01.05	Baixas de ativo intangível	1.700	1.301
6.01.01.06	Créditos tributários diferidos	-51.951	-978
6.01.01.07	Prov. p/ contingências-líq de reversões	-1.020	-74
6.01.01.08	Outras	12.403	-1.826
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-127.087	-266.413
6.01.02.01	Consumidores, concessionários e permissionários	-14.358	-144.606
6.01.02.02	Cauções e depósitos vinculados a litígio	-5.979	-1.465
6.01.02.03	Aquisição de combustível por conta da CCC	27.901	62.374
6.01.02.04	Estoques	2.149	3.951
6.01.02.05	Serviços em curso	-4.088	-17.381
6.01.02.06	Créditos compensatórios em recolhimentos futuros	12.718	3.635
6.01.02.07	Rendas a receber	-413	-1.344
6.01.02.08	Títulos e valor mobiliários e devedores diversos	21.889	-53.767
6.01.02.09	Fornecedores	5.326	-3.867
6.01.02.10	Consumidores	-8.408	-95
6.01.02.11	Folha de pagamento e provisões trabalhistas	-3.568	5.921
6.01.02.12	Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-124.197	-111.556
6.01.02.13	Impostos, contribuições sociais e parcelamentos	9.534	-29.055
6.01.02.14	Taxas regulamentares	8.390	-5.691
6.01.02.15	Outros créditos	4.151	29.376
6.01.02.16	Entidades de previdência privada e outras obrigações	14.719	18.308
6.01.02.17	Obrigações estimadas	5.186	9.484
6.01.02.18	Indenizações Trabalhistas	-66.643	-16.432
6.01.02.19	Outros credores	-11.396	-14.203
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-441.660	-251.879
6.02.01	Ativo intangível dos contratos de concessão	-499.332	-446.092
6.02.02	Acréscimo de obrigações especiais	57.672	194.219
6.02.03	Alienação de bens do ativo intangível e financeiro	0	-6
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	175.174	878.069
6.03.01	Mútuos com partes relacionadas - líquido	-17.774	530.844
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	1.038.815	972.358
6.03.03	Pagamentos de empréstimos - principal	-767.160	-550.939
6.03.04	Pagamento de SWAP	-73.925	-14.463
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-4.682	-54.738
6.03.06	Pagamentos de juros sobre o capital próprio	-100	-4.993
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-198.143	484.984
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	457.209	195.389
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	259.066	680.373

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	0	0	-15.673	388.400	891.659
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-159.941	0	-159.941
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-159.941	0	-159.941
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.924	-24.924	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	37.764	-37.764	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-12.840	12.840	0
5.07	Saldos Finais	518.932	0	0	-150.690	363.476	731.718



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	518.932	36.914	176.617	0	425.226	1.157.689
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-162.274	-3.021	-165.295
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	518.932	36.914	176.617	-162.274	422.205	992.394
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-101.392	0	-101.392
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-101.392	0	-101.392
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	24.913	-24.913	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	37.747	-37.747	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-12.834	12.834	0
5.07	Saldos Finais	518.932	36.914	176.617	-238.753	397.292	891.002

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	2.522.530	2.027.173
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.901.134	1.742.655
7.01.02	Outras Receitas	30.631	4.795
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-2.353	-85
7.01.02.02	Outras receitas	32.984	4.880
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	586.517	293.586
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	4.248	-13.863
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.483.247	-1.130.818
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-708.952	-609.651
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-203.646	-199.518
7.02.04	Outros	-570.649	-321.649
7.02.04.01	Matéria-prima e insumo p/ prod. de energia elétrica	-175.092	-180.173
7.02.04.02	Subvenções de combustível - CCC	211.522	160.117
7.02.04.03	Outros	-607.079	-301.593
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.039.283	896.355
7.04	Retenções	-102.873	-88.615
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-102.873	-88.615
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	936.410	807.740
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	182.396	233.267
7.06.02	Receitas Financeiras	182.396	233.267
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.118.806	1.041.007
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.118.806	1.041.007
7.08.01	Pessoal	68.257	64.137
7.08.01.01	Remuneração Direta	46.390	42.876
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.835	3.858
7.08.01.04	Outros	18.032	17.403
7.08.01.04.01	Entidade de previdência privada	3.304	1.528
7.08.01.04.02	Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT	6.571	7.500
7.08.01.04.03	Convênios assistenciais e outros benefícios	6.442	8.359
7.08.01.04.04	Diversos	1.715	16
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	664.696	627.640
7.08.02.01	Federais	256.742	260.152
7.08.02.02	Estaduais	407.245	366.910
7.08.02.03	Municipais	709	578
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	545.794	450.622
7.08.03.01	Juros	275.893	167.824
7.08.03.02	Aluguéis	7.280	7.852
7.08.03.03	Outras	262.621	274.946
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-159.941	-101.392
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-159.941	-101.392

**Comentário do Desempenho****(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)****1. RESULTADO BRUTO**

	Trimestre findo em:		Variação %
	30/9/2011 R\$	30/9/2010 R\$	
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>			
Fornecimento de energia elétrica	444.960	388.565	14,51
Disponibilização do sistema de distribuição	232.181	223.577	3,85
Suprimento de energia elétrica	2.002	1.619	23,66
Receita de construção	186.344	131.253	41,97
Outras receitas	5.024	3.405	47,55
<b>Total da receita bruta de vendas</b>	<b>870.511</b>	<b>748.419</b>	<b>16,31</b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>			
<b>Tributos diretos:</b>			
ICMS	(145.506)	(131.511)	10,64
PIS	(11.388)	(10.422)	9,27
COFINS	(52.428)	(48.008)	9,21
ISS	-	(10)	(100,00)
<b>Subtotal</b>	<b>(209.322)</b>	<b>(189.951)</b>	<b>10,20</b>
<b>Encargos do consumidor:</b>			
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(9.856)	(3.634)	171,22
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(20.331)	(13.643)	49,02
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(3.530)	(3.114)	13,36
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(900)	(834)	7,91
Fundo Nacional de Desenvol. Científico e Tecnológico - FNDCT	(900)	(838)	7,40
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(450)	(420)	7,14
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2.250)	(2.086)	7,86
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(1.227)	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>(39.444)</b>	<b>(24.569)</b>	<b>60,54</b>
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(248.766)</b>	<b>(214.520)</b>	<b>15,96</b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b>621.745</b>	<b>533.899</b>	<b>16,45</b>
<b>CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia elétrica comprada para revenda	(214.428)	(186.721)	14,84
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(29.038)	(24.854)	16,83
	<b>(243.466)</b>	<b>(211.575)</b>	<b>15,07</b>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>			
Pessoal	(21.497)	(12.597)	70,65
Material	(2.188)	556	(493,53)
Materia prima e insumos p/produção energia elétrica	(64.008)	(69.830)	(8,34)
Serviços de terceiros	(45.833)	(26.017)	76,17
Depreciação e amortização	(32.519)	(28.764)	13,05
Subvenções CCC	90.115	59.710	50,92
Custo de construção	(186.344)	(131.253)	41,97
Outros	(2.656)	507	(623,87)
	<b>(264.930)</b>	<b>(207.688)</b>	<b>27,56</b>
<b>Total do custo dos bens e/ou serviços vendidos</b>	<b>(508.396)</b>	<b>(419.263)</b>	<b>21,26</b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>113.349</b>	<b>114.636</b>	<b>(1,12)</b>

## Comentário do Desempenho

- I) A receita líquida dos serviços vendidos atingiu no 3º trimestre de 2011 o montante de R\$ 621.745 apresentando um crescimento de 16,45% em relação ao mesmo trimestre de 2010 devido a combinação dos seguintes fatos:
- a) Aumento da receita Bruta de vendas em 16,31%, motivado pela combinação de três eventos relevantes; (i) o reajuste tarifário médio de 15,83%, que passou a vigorar a partir de 07 de agosto de 2010. Este reajuste impactou somente 54 dias de consumo do terceiro trimestre de 2010, e todo o trimestre em 2011; (ii) o aumento de 8,60% na demanda total de energia, que passou de 1.586.839 MWh no 3º trimestre de 2010 para 1.723.272 MWh (líquido do consumo próprio) no trimestre atual, e (iii) o aumento da receita de construção em 41,97% que foi motivado pelos investimentos nos projetos: Melhoria da qualidade do sistema, Luz para todos e Ilha do Marajó.
  - b) Deduções da receita operacional: apresentou um crescimento de 15,96%, devido ao aumento da receita operacional que é a base de cálculo da maioria das contas que compõe estas deduções e pela Quota da Companhia na conta de consumo de combustível – CCC informada pelo fundo da CCC, para os quais não há interferência da empresa, que passou de R\$ 13.643 mil no 3º trimestre de 2010 para R\$ 20.331 no trimestre atual.
- II) Os custos dos serviços de energia elétrica apresentaram no 3º trimestre de 2011 um acréscimo de 15,07% quando comparado com o mesmo período de 2010, motivado por:
- a) Aquisição de mais energia elétrica para atender o crescimento da demanda. No terceiro trimestre de 2011 a Companhia adquiriu 2.437.848 KWh contra 2.248.739 KWh no mesmo período do ano anterior.
  - b) Aumento no preço da energia adquirida junto a alguns fornecedores.
- III) Os custos de operação apresentaram no 3º trimestre de 2011, em comparação ao mesmo trimestre de 2010, um acréscimo de 27,56%, devido basicamente a combinação dos seguintes fatos:
- a) Pessoal: o crescimento desta rubrica em 70,65% foi decorrente basicamente de: a) Reajuste salarial ordinário em 7%, concedido pela Companhia a partir de novembro de 2010 com pagamento retroativo a partir de março/2011; b) a customização de parte destes custos gerados nos primeiros nove meses de 2010, que impactou aquele trimestre em detrimento do atual;
  - b) Depreciação e amortização: o crescimento desta rubrica em 13,05% foi decorrente principalmente do aumento dos investimentos em infra estrutura que refletiu positivamente nas contas do intangível em serviço. Dentro dos principais investimentos estão o Programa Luz para Todos e a interligação da Ilha do Marajó;
  - c) Subvenções da CCC: apresentou um crescimento de 50,92%, devido ao aumento dos valores reembolsados pelo fundo da CCC, que passou de R\$ 59.710 mil no 3º trimestre de 2010 para R\$ 90.115 no trimestre atual.
  - d) Despesa de Construção: A variação positiva de 41,97%, apresentada nesta rubrica está explicado no item 1 a, (Receita de Construção), haja vista que os valores da receita e da despesa de construção são equivalentes e gerados em uma mesma base de valores.

## Comentário do Desempenho

### 1.1. Receita bruta de vendas

	Trimestre findo em:					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Residencial	1.519.870	1.453.430	640.410	617.264	291.184	258.035
Industrial	3.715	3.801	345.611	332.278	109.608	101.427
Comercial, serviços e outras atividades	136.693	135.120	367.004	344.246	172.482	155.389
Rural	123.555	129.075	50.014	48.669	15.501	14.209
Poder público	16.479	15.593	112.697	104.872	49.806	44.520
Iluminação pública	379	357	65.443	62.724	17.848	15.728
Serviço público	1.607	1.533	61.050	57.111	16.259	14.585
Consumo próprio	277	264	8.745	8.300	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(5.033)	5.841
Receita do uso da rede	-	-	-	-	5.811	2.619
Fornec. não faturado reposição tarifária	-	-	-	-	-	(14.514)
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	9.739	14.306
Fornec. não faturado - diferimento de TUSD	-	-	-	-	(6.070)	-
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	6	(3)
<b>Subtotal</b>	<b>1.802.575</b>	<b>1.739.173</b>	<b>1.650.974</b>	<b>1.575.464</b>	<b>677.141</b>	<b>612.142</b>
Suprimentos - CCEE	-	-	81.043	19.675	2.002	1.619
Receita de construção	-	-	-	-	186.344	131.253
Outras receitas	-	-	-	-	5.024	3.405
<b>Total</b>	<b>1.802.575</b>	<b>1.739.173</b>	<b>1.732.017</b>	<b>1.595.139</b>	<b>870.511</b>	<b>748.419</b>

- a) No 3º trimestre 2011, o fornecimento de energia elétrica da Companhia foi de 1.642.229 MWh (excluído o consumo próprio), contra 1.567.164 MWh em 2010, correspondendo a um aumento de 4,79% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, motivados basicamente pelo acréscimo de 63,4 mil novos consumidores.
- b) A tarifa média (excluído o consumo próprio) de fornecimento de energia por MWh no 3º trimestre de 2011 teve o valor de R\$ 409,62 contra R\$ 385,34 no mesmo período de 2010.

## Comentário do Desempenho

### 2. EBITDA

	Período findo em:		Variação (R\$)
	30/9/2011	30/9/2010	
Receita bruta de vendas	2.520.203	2.037.936	482.267
Deduções da receita bruta de vendas	(686.759)	(593.291)	(93.468)
<b>Receita líquida de vendas</b>	<b>1.833.444</b>	<b>1.444.645</b>	<b>388.799</b>
<b>Custo de bens e serviços vendidos</b>	<b>(1.543.550)</b>	<b>(1.164.476)</b>	<b>(379.074)</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
(-) Despesas com vendas	(43.240)	(66.651)	23.411
(-) Despesas gerais e administrativas	(84.997)	(89.569)	4.572
(-) Outras despesas operacionais	(8.322)	(7.130)	(1.192)
<b>Total despesas operacionais</b>	<b>(136.559)</b>	<b>(163.350)</b>	<b>26.791</b>
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>109.752</b>	<b>93.362</b>	<b>16.390</b>
<b>Outros resultados</b>	<b>3.317</b>	<b>3.060</b>	<b>257</b>
<b>EBITDA</b>	<b>266.404</b>	<b>213.241</b>	<b>53.163</b>

O EBITDA da CELPA aumentou R\$ 53.163 no período findo em 30/9/2011 em relação ao mesmo período de 2010 devido principalmente a dois fatos significativos: a) Ao aumento da receita operacional líquida que foi impactada pelo reajuste tarifário médio de 15,83% que passou a vigorar a partir de 7/8/2010. Este reajuste tarifário impactou somente 54 dias de consumo do terceiro trimestre de 2010, e todo o trimestre em 2011; b) Pelo aumento de 63,4 mil novos consumidores.

Adicionalmente, o acréscimo significativo na depreciação e amortização no período foi decorrente, principalmente, do aumento dos investimentos em infraestrutura, dentre eles, o Programa Luz para Todos e interligação da Ilha do Marajó.

## Comentário do Desempenho

### 3. RESULTADO FINANCEIRO

	Trimestre findo em:		Variação %
	30/9/2011 R\$	30/9/2010 R\$	
<b>Receitas financeiras:</b>			
Renda de aplicação financeira	7.373	4.481	64,54
Mútuo com partes relacionadas	1.680	2.652	(36,65)
Juros ativos	5.752	5.238	9,81
Variação monetária	7.934	18.745	(57,67)
Acréscimos moratórios	10.023	10.295	(2,64)
Ajuste a valor presente	9.717	8.506	14,24
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	687	10.672	(93,56)
Operações de <i>swap</i>	12.850	-	-
Outras receitas financeiras	571	3.723	(84,66)
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>56.587</b>	<b>64.312</b>	<b>(12,01)</b>
<b>Despesas financeiras:</b>			
<b>Encargos de dívidas</b>			
Moeda nacional	(22.304)	(31.911)	(30,11)
Moeda estrangeira	(14.168)	(4.612)	207,20
Mútuo com partes relacionadas	(4.118)	(4.710)	(12,57)
<b>Subtotal</b>	<b>(40.590)</b>	<b>(41.233)</b>	<b>(1,56)</b>
<b>Variações monetárias</b>			
Moeda nacional	(6.286)	(6.912)	(9,06)
Moeda estrangeira	(105.207)	(1.875)	5.511,04
<b>Subtotal</b>	<b>(111.493)</b>	<b>(8.787)</b>	<b>1.168,84</b>
Juros / multas	(45.862)	(34.283)	33,77
Ajuste a valor presente	(11.982)	(12.829)	(6,60)
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	(9.047)	(20.172)	(55,15)
Operações de <i>swap</i>	(1.093)	(29.981)	(96,35)
Outras despesas financeiras	(19.607)	(23.878)	(17,89)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(239.674)</b>	<b>(171.163)</b>	<b>40,03</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(183.087)</b>	<b>(106.851)</b>	<b>71,35</b>

O Resultado Financeiro no 3º trimestre de 2011 foi negativo em R\$ 183.087 apresentando um aumento de 71,35% em relação ao mesmo período do exercício anterior, devido aos seguintes fatos:

#### 3.1. Receitas financeiras

a) Renda de aplicação financeira: Apresentou acréscimo de 64,54% devido as aplicações de curto prazo de valores captados para investimento e ainda não utilizados.

b) Variações monetárias: a redução de 57,67% na comparação entre os trimestres é devido a variação cambial do dólar que foi negativa no 3º trimestre de 2010 em 5,96%, o que gerou uma receita de R\$ 17.301 pela atualização dos empréstimos tomados nesta moeda, enquanto que no trimestre atual a variação cambial foi positiva em 18,79% gerando conseqüentemente despesas de variação cambial.

## Comentário do Desempenho

c) Ajuste de Marcação a Mercado – Swap (Receita e Despesa) e Operações de Swap (Receita e Despesa): No terceiro trimestre de 2011, o Dólar americano apresentou uma variação positiva de 18,79%, enquanto que no mesmo período de 2010, esta variação foi negativa em 5,96%. Com a variação positiva do dólar, o accrual das operações de swap no trimestre atual, geraram receitas, e conseqüentemente a marcação a mercado registra despesa, porque faz a “curva oposta” aos ganhos efetivos, registrados junto ao Banco.

A despesa com marcação a mercado do Swap no terceiro trimestre de 2011, foi de R\$ 9.047, registrando uma redução significativa de 55,15% em relação ao mesmo período de 2010, porque houve liquidações de swap durante o ano de 2011.

### 3.2. Despesas financeiras

a) Encargos de dívida – Moeda Nacional e Moeda Estrangeira: Estas rubricas apresentaram redução na rubrica Moeda nacional e aumento em moeda estrangeira, na comparação entre os trimestres, devido a contratação do empréstimo “Bonds” em junho de 2011 no montante de U\$\$ 250.000.000, utilizado para pagamento de dívidas contratadas em moeda nacional.

b) Variações monetárias – Moeda estrangeira: O aumento significativo registrado nesta rubrica na comparação entre os trimestres é devido a variação cambial do dólar que foi negativa no 3º trimestre de 2010 em 5,96%, gerando conseqüentemente receita financeira pela atualização dos empréstimos tomados nesta moeda, enquanto que no trimestre atual a variação cambial foi positiva em 18,79% gerando despesas de variação cambial no montante de R\$ 105.207.

c) Juros e multas: apresentou aumento de 33,77% na comparação entre os trimestres, devido principalmente as multas regulatórias.

## 4. INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS

	No período findo em:	
	30/9/2011	31/12/2010
1 - Liquidez corrente Ativo circulante / Passivo circulante	0,84	0,99
2 - Liquidez geral (Ativo circulante + realizável a longo prazo) / Exigível total	0,59	0,64
3 - Endividamento Exigível total / Ativo total	0,83	0,79
4 - Capitalização Patrimônio líquido / Ativo total	0,17	0,21
5 - Valor patrimonial da ação - R\$ por lote de mil ações	11.459,79	13.964,70



## Comentário do Desempenho

### 5. INDICADORES OPERACIONAIS

	<u>30/9/2011</u>	<u>30/9/2010</u>
1 - Número de empregados	2.166	2.163
2 - Consumidor por empregado	832	804

\* \* \*

## Notas Explicativas

### CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA

#### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS FINDAS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA (Companhia ou CELPA) é uma sociedade por ações de capital aberto, brasileira, com sede na cidade de Belém – PA, sob o controle acionário da companhia QMRA Participações S.A., que atua na distribuição e geração de energia elétrica na área de sua concessão legal que abrange todo o Estado do Pará com 1.247.690 km<sup>2</sup>, atendendo 1.802.575 consumidores em 143 municípios; tendo suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A DENERGE Desenvolvimento Energético S.A., é a empresa controladora final do grupo, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sua sede na cidade de São Paulo - SP.

Para o enfrentamento de seu endividamento financeiro, principalmente para investimentos no ativo imobilizado, a Administração da Companhia vem tomando medidas, tais como o acordo de investimento firmado com o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) que visa investir na construção, modernização, reforma, manutenção, ampliação ou implantação de empreendimentos de infraestrutura; e a obtenção de renovação de linhas de crédito com instituições financeiras. Adicionalmente um abrangente re-estudo técnico de suas linhas de sub-transmissão e distribuição, além da revisão e construção de novas sub-estações e do redimensionamento dos alimentadores das regiões de Grande Belém, Castanhal, Marabá e Santarém, com o objetivo de rápido ataque a redução de perdas técnicas e não técnicas. Ao mesmo tempo em que revisa os investimentos necessários visando economias nos recursos sem perda de eficiência, os volumes de investimentos utilizando-se de maior inteligência aplicada ao manejo das redes e conseqüente otimização da necessidade de novos recursos financeiros.

##### 1.1. Autorização de conclusão das informações trimestrais

A autorização para emissão das informações trimestrais ocorreu na reunião da Diretoria em 9/11/2011.

#### 2. OFÍCIO CIRCULAR CVM/SNC/SEP/Nº003/2011

As informações trimestrais (ITR) e as notas explicativas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 003/2011 de 28/4/2011 e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. Para a elaboração das informações trimestrais, a Companhia adotou a mesma política contábil apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31/12/2010, as quais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), que abrangem os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Algumas notas explicativas não estão sendo apresentadas, no sentido de evitar repetições de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes, de 31/12/2010.

As Demonstrações Financeiras foram publicadas no jornal Valor Econômico do dia 29/3/2011, nas páginas A47 a A57, e divulgada no site da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) no dia 28/3/2011.

## Notas Explicativas

Segue abaixo a relação das notas explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010 que não estão sendo apresentadas ou que foram alteradas neste período:

- Nota 3 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras (alteração no item 3.1 a. – Declaração de conformidade e inclusão do item “Reclassificação das demonstrações financeiras”);
- Nota 4 - Principais práticas contábeis adotadas (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 5 - Primeira adoção dos CPCs - Convergentes às IFRS (informações necessárias apenas na demonstração anual);
- Nota 8 - Títulos a receber (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao período findo em 30/9/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 15 – Partes relacionadas – item 15.3 Compartilhamento de infraestrutura (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao período findo em 30/9/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 20 - Impostos, contribuições sociais e parcelamentos (alteração do título para “Obrigações fiscais”);
- Nota 33 - Despesas operacionais (incorporação dos saldos da nota explicativa 34 - Outros Resultados);
- Nota 34 - Outros resultados (reclassificação dos saldos para a nota explicativa 33 - Despesas Operacionais);
- Nota 37 - Participação nos resultados (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao período findo em 30/9/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 39 - Investimento remunerável (idênticas à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 40 - Plano de aposentadoria e pensão (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao período findo em 30/9/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 41 - Seguros (não houve alteração no seu contexto, sendo os valores referentes ao período findo em 30/9/2011 considerados imateriais pela Administração da Companhia);
- Nota 42 - Termo de compromisso (idêntica à divulgada na Demonstração anual);
- Nota 43 - Questões ambientais (idênticas à divulgada na Demonstração anual).

### 3. DAS CONCESSÕES

Conforme Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº 182/1998, assinado em 28/7/1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possuía Contrato de Concessão de Geração nº 181/1998 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, com vencimento em 28/7/2028, renovável por igual período. Em 15/3/2011 o Ofício nº 331/2011 – SCG/ANEEL extinguiu a

## Notas Explicativas

concessão das usinas termelétricas terceirizadas, permanecendo como concessão da Companhia as 11 termelétricas próprias (anexo II.I e II.II do referido contrato de concessão de geração). Segue abaixo as principais características:

UTE	Capacidade total instalada MW	Capacidade total utilizada MW	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão de 11 Usinas Termelétricas, sendo as mais representativas com capacidade instalada acima de 2 MW: Santana do Araguaia, Jacareacanga e Cotijuba.	22,47	11,84	28/7/1998	28/7/2028

De acordo com o artigo 8º da Lei 10.848/04 de 15/3/2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30/7/2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolados, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora, possuindo 11 usinas termelétricas próprias no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração da Companhia considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal, o que levou a bifurcação de todo ativo imobilizado da concessão em ativo financeiro e ativo intangível.

A geração de energia representa 0,93% de todo ativo imobilizado da concessão da Companhia.

O contrato de concessão assinado com a União Federal, confere ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia. A Companhia obriga-se a adotar, na prestação do serviço, tecnologia adequada e a empregar equipamentos, instalações e métodos operativos que garantam níveis de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação dos serviços e a modicidade das tarifas. As obrigações inerentes à prestação do serviço público concedido são:

- fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos pontos de entrega definidos nas normas do serviço, pelas tarifas homologadas pela ANEEL, nas condições estabelecidas nos respectivos contratos de fornecimento e nos níveis de qualidade e continuidade estipulados na legislação e nas normas específicas; e
- dar atendimento abrangente ao mercado, sem exclusão das populações de baixa renda e das áreas de baixa densidade populacional, inclusive as rurais.

A concessão para exploração do serviço de distribuição de energia elétrica se extingue:

- a) pelo advento do termo final do contrato;
- b) pela encampação do serviço;
- c) pela caducidade;
- d) pela rescisão;
- e) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- f) em caso de falência ou extinção da concessionária.

## Notas Explicativas

O contrato de concessão contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

A energia distribuída é substancialmente adquirida via contratos bilaterais aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, bem como a energia proveniente de leilões efetuados pela ANEEL/Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE vinculadas ao Ministério de Minas e Energia - MME. Seu parque gerador, composto por usinas termelétricas localizadas em sistemas isolados, contribui com aproximadamente 6,75% da totalidade da energia distribuída.

Para a prestação dos serviços, objeto das concessões acima mencionadas, a Companhia possui um quadro próprio de 2.166 funcionários, 1.871 prestadores de serviços e 51 estagiários, em 30/9/2011.

### 4. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 4.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

##### a. Declaração de conformidade (com relação as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro - IFRS)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais abrangem a legislação societária brasileira, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pelo poder concedente, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

##### b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### 4.2. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações financeiras. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações financeiras, bem como na experiência da Administração. As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem:

- Perda no valor recuperável;
- Vida útil de ativo intangível;

## Notas Explicativas

- Provisões;
- Passivos contingentes;
- Planos de pensão;
- Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo, inclusive derivativos; e
- Ativo financeiro – bens da concessão.

### 4.3. Gestão do capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde a dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo, dividida pelo capital total.

Informações pertinentes aos riscos inerentes a operação da Companhia e a utilização de instrumentos financeiros para dirimir esses riscos, bem como as políticas e riscos relacionados aos instrumentos financeiros, estão descritos na nota explicativa nº 19.

### 4.4. Reclassificação das Demonstrações Financeiras

O Balanço Patrimonial do exercício findo em 31/12/2010, foi reclassificado, para fins de comparabilidade, conforme segue:

		<u>Saldo publicado</u>	<u>Reclassificação</u>	<u>Saldo reclassificado</u>
1	Ativo Total	4.219.247	(18.218)	4.201.029
1.02	Ativo Não Circulante	2.861.740	(18.218)	2.843.522
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	782.750	(18.218)	764.532
1.02.01.09	Outros Ativo Não Circulantes	556.267	(18.218)	538.049
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados (a)	18.227	(18.218)	9
2	Passivo Total	4.219.247	(18.218)	4.201.029
2.02	Passivo Não Circulante	1.950.220	(18.218)	1.932.002
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.024.432	(18.218)	1.006.214
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.017.656	(18.218)	999.438
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira (a)	142.879	(18.218)	124.661

(a) As cauções e depósitos vinculados foram considerados como redutores dos respectivos empréstimos e financiamentos, conforme pronunciamento CPC-39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação, § 42.

**Notas Explicativas****5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa	36.254	127.229
Equivalentes de caixa	222.812	329.980
<b>Total</b>	<b><u>259.066</u></b>	<b><u>457.209</u></b>

O caixa está representado, basicamente, por depósitos a vista em instituições financeiras.

**5.1. Equivalentes de caixa**

<u>Agente financeiro</u>	<u>Tipo de aplicação</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Taxas %</u>	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Banco Bradesco	CDB	(*)	100,00 CDI	17.036	6.894
Banco Basa	CDB	(*)	100,00 CDI	3.336	4.585
Banco Basa	Capitalização	(*)	6,00 a.a. + TR	7.494	5.186
Banco do Brasil	CDB	(*)	100,00 CDI	-	902
Banco do Brasil	Fundo de investimento	(*)	(**)	126.147	32.809
Banco do Brasil	Poupança	(*)	6,00 a.a. + TR	16.390	59
Caixa Econômica Federal	Fundo de investimento	(*)	(**)	17.561	235.137
Banco do Nordeste	CDB	(*)	99,20 CDI	5.386	5.002
Banco Itaú	CDB	(*)	20,00 CDI	3.181	-
Banco Daycoval	CDB	(*)	100,00 CDI	25.713	-
Banco Safra	CDB	(*)	10,00 CDI	568	39.406
<b>Total</b>				<b><u>222.812</u></b>	<b><u>329.980</u></b>

(\*) As aplicações financeiras são consideradas equivalentes caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorrido. O valor contábil é próximo ao seu valor justo.

(\*\*) Os fundos de investimentos estão concentrados em fundos de renda fixa e compostos por títulos públicos federais e títulos de emissores de baixo risco de crédito, com tendência de variação das taxas de juros pós-fixadas (CDI).

**6. CONSUMIDORES E PERDA NO VALOR RECUPERÁVEL**

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Consumidores	740.345	712.080	23.006	26.715
(-) Perda no valor recuperável	(100.120)	(104.369)	-	-
<b>Total</b>	<b><u>640.225</u></b>	<b><u>607.711</u></b>	<b><u>23.006</u></b>	<b><u>26.715</u></b>

## Notas Explicativas

### 6.1. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos vencidos				Total	Total	
	Saldos vincendos	até 90 dias	de 91 até 360 dias	mais de 361 dias		30/9/2011	31/12/2010
<b>Circulante</b>							
Residencial	104.882	83.130	65.394	111.329	259.853	364.735	319.868
Industrial	43.624	17.826	15.361	44.265	77.452	121.076	115.933
Comércio, Serviços e Outras Atividades	53.667	27.582	17.784	35.324	80.690	134.357	127.930
Rural	5.080	5.187	6.934	11.373	23.494	28.574	25.069
Poder Público:							
Federal	3.579	1.244	622	195	2.061	5.640	5.744
Estadual	4.588	1.978	241	34	2.253	6.841	14.649
Municipal	11.649	8.506	2.264	4.220	14.990	26.639	35.344
Iluminação Pública	15.458	404	110	284	798	16.256	13.197
Serviço Público	5.022	2.733	1.615	1.633	5.981	11.003	22.705
(-) Ajuste a valor presente (c)	(182)	-	-	-	-	(182)	(133)
Redução de Uso Sistema de Distribuição	-	-	-	-	-	-	11.273
<b>Subtotal - Consumidores</b>	<b>247.367</b>	<b>148.590</b>	<b>110.325</b>	<b>208.657</b>	<b>467.572</b>	<b>714.939</b>	<b>691.579</b>
Participação financeira do consumidor	404	813	125	636	1.574	1.978	1.203
Comercialização na CCEE (a)	3.859	-	-	-	-	3.859	1.848
Programa emergencial de redução do consumo	-	-	-	67	67	67	67
Encargos de capacidade emergencial	-	-	-	443	443	443	453
Concessionárias e permissionárias	10	-	-	-	-	10	10
Encargos de uso da rede elétrica	6.553	-	-	-	-	6.553	5.204
Outros	1.580	4.549	2.476	3.891	10.916	12.496	11.716
<b>Total</b>	<b>259.773</b>	<b>153.952</b>	<b>112.926</b>	<b>213.694</b>	<b>480.572</b>	<b>740.345</b>	<b>712.080</b>
<b>Não circulante</b>							
Consumidores	21.276	-	-	-	-	21.276	23.681
(-) Ajuste a valor presente (c)	(2.035)	-	-	-	-	(2.035)	(1.613)
Participação financeira do consumidor	650	-	-	-	-	650	652
Redução de Tarifa - Irrigação e Aquicultura (b)	30	-	-	-	-	30	20
Redução de Uso Sistema de Distribuição	1.213	-	-	-	-	1.213	-
Comercialização na CCEE (a)	1.606	-	-	-	-	1.606	3.651
Outros	266	-	-	-	-	266	324
<b>Total</b>	<b>23.006</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>23.006</b>	<b>26.715</b>

Do valor total de contas a receber R\$ 156.368 em 30/9/2011 (R\$ 143.603 em 31/12/2010) se referem a renegociações definidas.

#### (a) Comercialização na CCEE

O saldo da conta de consumidores inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no circulante e não circulante, no montante de R\$ 5.465, com base em cálculos preparados e divulgados pela CCEE até o mês de setembro de 2011. De acordo com a Resolução ANEEL nº 552, de 14/10/2002, os valores das transações de energia de curto prazo não liquidados nas datas programadas deverão ser negociados bilateralmente entre os agentes de mercado.

As operações de compra e venda de energia elétrica praticadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, após os ajustes divulgados pela CCEE, tiveram seu processo de liquidação concluído em julho de 2003. As demais operações de compra e venda de energia elétrica praticadas até setembro de 2011, estão sendo liquidadas mensalmente.



## Notas Explicativas

Os valores da energia no curto prazo e da energia livre estão sujeitos à modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos à interpretação das regras do mercado em vigor.

### (b) Subsídio a Irrigantes

A Resolução Normativa nº 207, de 9/1/2006, que “estabelece os procedimentos para aplicação de descontos especiais na tarifa de fornecimento relativa ao consumo de energia elétrica das atividades de irrigação e na aquicultura”, dispôs no artigo 6º que “o valor financeiro resultante dos descontos estabelecido nesta Resolução configura direito da concessionária ser compensada no primeiro reajuste ou revisão tarifária após a correspondente apuração”.

<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>20</b>
Apropriado no período	11
Atualizado no período	8
Amortizado no período	(9)
	<hr/>
<b>Saldo em 30/9/2011</b>	<b>30</b>
	<hr/> <hr/>

### (c) Ajuste a valor presente

Refere-se ao valor de ajuste para os contratos renegociados sem a inclusão de juros e para aqueles renegociados com taxa de juros abaixo do WACC do setor. Para o desconto a valor presente utilizou-se uma taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado na situação atual. A Administração da Companhia entende que essa taxa de desconto representa adequadamente o custo de capital. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume das renegociações a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foi omitido, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

## 6.2. Perda no valor recuperável

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Residencial	(53.914)	(63.908)
Industrial	(25.168)	(27.995)
Comércio, serviços e outras atividades	(12.831)	(7.523)
Rural	(3.592)	(1.128)
Poder público	(242)	(212)
Iluminação pública	(16)	(17)
Serviço público	(89)	(188)
Outras receitas	(4.268)	(3.398)
<b>Subtotal</b>	<b>(100.120)</b>	<b>(104.369)</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>
<b>Movimentação:</b>	<b>30/9/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>(104.369)</b>	<b>(89.030)</b>
Perdas no período/exercício	10.959	987
Recuperação de perdas	(845)	(1.028)
Complemento / reversão de provisão	(5.865)	(15.298)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>(100.120)</b>	<b>(104.369)</b>
	<hr/> <hr/>	<hr/> <hr/>

## Notas Explicativas

A perda no valor recuperável foi constituída considerando os critérios a seguir:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Após análise criteriosa efetuada pela Administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas baseadas no histórico de recuperação, cuja perda não é considerada como incorrida.

O valor de recebíveis vencidos e não provisionados em 30/9/2011 é de R\$ 184.994 e (R\$ 133.749 em 31/12/2010).

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

### 7. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Circulante		Não circulante	
	30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>Imposto de renda e contribuição social:</b>				
Imposto de renda (a)	8.647	14.194	33.855	33.028
Contribuição social (a)	1.469	1.609	7.777	7.585
<b>Subtotal</b>	<b>10.116</b>	<b>15.803</b>	<b>41.632</b>	<b>40.613</b>
<b>Outros impostos e contribuições a recuperar:</b>				
ICMS (b)	46.101	47.965	41.991	47.367
(-) Ajuste a valor presente (b)	(2.346)	(2.592)	(8.749)	(10.270)
<b>ICMS ajustado</b>	<b>43.755</b>	<b>45.373</b>	<b>33.242</b>	<b>37.097</b>
COFINS (c)	-	-	10.023	-
FINSOCIAL (d)	-	-	4.585	4.585
Outros	840	641	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>44.595</b>	<b>46.014</b>	<b>47.850</b>	<b>41.682</b>
<b>Total</b>	<b>54.711</b>	<b>61.817</b>	<b>89.482</b>	<b>82.295</b>

(a) Saldos negativos de imposto de renda e contribuição social apurados na Declaração de Ajuste Anual de 2010 e Anos-Calendários anteriores, decorrentes de estimativas pagas à maior e parceladas, que serão utilizados para compensação de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil - RFB e à medida que forem sendo pagas as prestações do parcelamento da Lei nº 11.941/2009 (vide nota explicativa nº 16), e desde que o montante já pago exceda o valor do imposto ou da contribuição, determinados com base no resultado apurado nos respectivos períodos.

(b) O ICMS a compensar apurado na aquisição de bens do ativo imobilizado será recuperado em até 48 meses. A Companhia procedeu ao cálculo do AVP – Ajustes a Valor Presente utilizando a taxa de 12,81% a.a., que a ANEEL considera como a taxa de retorno adequada para os serviços de distribuição de energia, cuja metodologia está definida na Resolução ANEEL nº 234 de 31/10/2006. Essa taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. Tendo em vista a natureza, complexidade e volume da recuperação, não foram divulgados o fluxo de caixa e sua temporalidade, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

## Notas Explicativas

(c) Refere-se a crédito tributário originário do pedido de revisão do REFIS pendente de decisão administrativa referente a depósitos judiciais relativos ao período de setembro/1998 a janeiro/1999, não convertidos em renda na consolidação do REFIS liquidado em setembro/2006.

(d) Processo Administrativo nº 10280.013060/99-14 referente a Pedido de Restituição de Finsocial recolhido na alíquota superior a 0,5% no período de novembro/1989 a março/1993 conforme Leis nº 7.787/1989, 7.894/1989 e 8.147/1990. Contra a última decisão que reconheceu como parcialmente o crédito, a companhia interpôs recurso voluntário que aguarda distribuição no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais.

### 8. TRIBUTOS DIFERIDOS

#### 8.1. Composição das despesas com impostos

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Os impostos e contribuições sociais diferidos relativos às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados em contas patrimoniais. Demonstramos a seguir a composição da base de cálculo e dos saldos desses impostos:

	30/9/2011		30/9/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Composição da receita (despesa) com impostos:				
Impostos correntes	1.261	(64)	(4.362)	-
Impostos diferidos - variação líquida	32.844	19.108	(1.932)	2.910
	<b>34.105</b>	<b>19.044</b>	<b>(6.294)</b>	<b>2.910</b>

#### 8.2. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	30/9/2011		30/9/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>Reconciliação para taxa efetiva</b>				
<b>Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(200.715)</b>	<b>(200.715)</b>	<b>(66.245)</b>	<b>(66.245)</b>
<b>Adições(exclusões) Permanentes</b>				
Gratificações	582	-	483	-
Doações	797	-	465	465
Multas indedutíveis	80.329	-	52.778	-
Despesas indedutíveis	45	818	5	5
Efeitos da Lei 11.638/2007	(12.403)	(12.403)	(12.328)	(16.640)
Reversão reserva sobre intangível	-	-	67.647	67.647
Outras	(5.055)	700	(17.630)	(17.562)
<b>Subtotal</b>	<b>64.295</b>	<b>(10.885)</b>	<b>91.420</b>	<b>33.915</b>
Base de cálculo dos impostos	(136.420)	(211.600)	25.175	(32.330)
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
<b>Receita(despesa) com impostos</b>	<b>34.105</b>	<b>19.044</b>	<b>(6.294)</b>	<b>2.910</b>

## Notas Explicativas

### 8.3. Ativo fiscal diferido

Os créditos fiscais a seguir detalhados, serão utilizados para redução de carga tributária futura, sendo reconhecidos com base em históricos de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis.

Natureza	Não circulante			
	30/9/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para contingências trabalhistas e cíveis (a)	14.566	14.566	15.577	15.577
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (a)	137.017	137.017	104.369	104.369
Provisão para outros créditos (a)	-	-	36.896	36.896
Provisão de benefícios a empregados Del. CVM 600 (a)	13.983	13.983	13.983	13.983
Prejuízos fiscais e base negativa (b)	130.919	291.776	57.498	137.420
Outros ativos regulatórios	1.792	1.792	-	-
Ajustes da Lei 11.638/2007 (c)	10.031	10.031	14.608	14.608
<b>Base de cálculo dos impostos diferidos</b>	<b>308.308</b>	<b>469.165</b>	<b>242.931</b>	<b>322.853</b>
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
<b>Impostos diferidos não circulante</b>	<b>77.077</b>	<b>42.225</b>	<b>60.733</b>	<b>29.057</b>

#### Fundamentos para realização do imposto de renda e contribuição social diferida:

- (a) Efetivação da perda
- (b) Realização dos lucros
- (c) Realização dos efeitos da Lei 11.638/2007

### Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Baseada no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis computados de acordo com a Instrução CVM nº 371/2002, a Companhia estima recuperar o crédito tributário até o ano de 2013, conforme demonstrado abaixo:

2011	2012	2013	Total
44.117	53.301	21.884	119.302

### 8.4. Passivo fiscal diferido

#### Diferenças temporárias:

Natureza	Não circulante			
	30/9/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Provisão para passivos regulatórios	27	27	11.280	11.280
Ajustes da Lei 11.638/2007	-	-	16.979	16.979
<b>Base de cálculo dos impostos diferidos</b>	<b>27</b>	<b>27</b>	<b>28.259</b>	<b>28.259</b>
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
<b>Impostos diferidos não circulante (outros)</b>	<b>7</b>	<b>2</b>	<b>7.065</b>	<b>2.543</b>

## Notas Explicativas

### Encargos de reavaliação:

	Não circulante			
	30/9/2011		31/12/2010	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Reserva de reavaliação	1.345.140	1.345.140	1.345.140	1.345.140
(-) Reversão de reavaliação anterior	(320.430)	(320.430)	(320.430)	(320.430)
(-) Depreciação / baixas	(481.924)	(481.924)	(444.159)	(444.159)
<b>Base de cálculo</b>	<b>542.786</b>	<b>542.786</b>	<b>580.551</b>	<b>580.551</b>
Alíquotas	25%	9%	25%	9%
<b>Encargos tributários sobre reserva de reavaliação</b>	<b>135.696</b>	<b>48.851</b>	<b>145.137</b>	<b>52.250</b>

### 8.5. Variação do saldo do Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

	30/09/2011	31/12/2010	Variação
Impostos diferidos - ativo (diferenças temporárias)	119.302	89.790	29.512
Impostos diferidos - passivo (diferenças temporárias)	(9)	(9.608)	9.599
Impostos diferidos - passivo (encargos de reavaliação)	(184.547)	(197.387)	12.840
<b>Total</b>	<b>(65.254)</b>	<b>(117.205)</b>	<b>51.951</b>

## 9. REDUÇÃO DE RECEITA - BAIXA RENDA

**Subvenção à Baixa Renda - Tarifa Social:** O Governo Federal, por meio da Lei nº 10.438, de 26/4/2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda, o que causou uma redução na receita operacional da Companhia que foi compensada por meio do Decreto Presidencial nº 4.538, de 23/12/2002, em que foram definidas as fontes para concessão e subvenção econômica com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda. Conforme disposição da Lei nº 12.212, de 20/1/2010, para o consumo mensal inferior ou igual a 30 kWh o desconto será de 65%, entre 31 kWh e 100 kWh o desconto será de 40% e entre 101 kWh e 220 kWh o desconto será de 10%.

Segue abaixo a movimentação no período:

<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>15.061</b>
Valor provisionado	3.498
Valor homologado	27.892
Valor recebido	(27.156)
<b>Saldo em 30/9/2011</b>	<b>19.295</b>

## 10. SUB-ROGAÇÃO DA CCC

Em conformidade com as disposições da Resolução ANEEL nº 784, de 24/12/2002, e Resolução Autorizativa - ANEEL nº 1.999, de 7/7/2009, a Companhia foi enquadrada na sub-rogação dos benefícios do rateio da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, referente a implantação do projeto elétrico de interligação da Ilha do Marajó ao Sistema Interligado Nacional – SIN, proporcionando a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais.

## Notas Explicativas

O valor do Investimento reconhecido e aprovado pela ANEEL para a sub-rogação é de R\$ 473.617, correspondente a 100% do montante aprovado.

O benefício foi dividido em 2 fases distintas. Na 1ª fase, a Companhia tem um valor aprovado de sub-rogação de R\$ 184.660 e, na 2ª fase, um valor aprovado de R\$ 288.957.

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18/12/2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009 trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas “223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”. Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento que já foram aprovados pelo órgão regulador.

Do valor sub-rogado, foram aplicados até 30/9/2011, relativos a 1ª fase, o valor de R\$ 192.139 (R\$ 138.509 em 31/12/2010), sendo que a 2ª fase ainda não foi iniciada.

## 11. OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Valores a recuperar de empregados	2.757	4.481	-	-
Desativações em curso (a)	78.159	34.773	-	-
Adiantamento diversos	510	851	-	-
Recolhimento a maior COFINS (b)	-	9.732	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	1.226	1.226
Garantia liquidação nas operações CCEE	1.796	24.047	-	-
Créditos em conta de energia elétrica	3.240	3.695	-	-
Custos de geração térmica	-	-	-	11.951
Outros créditos a receber	9.155	5.311	-	893
<b>Total</b>	<b>95.617</b>	<b>82.890</b>	<b>1.226</b>	<b>14.070</b>

(a) Refere-se as desativações relativas as UAR (Unidades de Adição e Retirada), determinadas por motivos técnico-operacionais e sinistro, que se encontram em fase de análise e recuperação para o retorno ao ativo intangível ou realização.

(b) Em 31/3/2011 o saldo foi reclassificado para a rubrica de “tributos a recuperar” (vide nota explicativa nº 7).

## 12. PARTES RELACIONADAS

A Companhia adota práticas de governança corporativa e aquelas recomendadas e/ou exigidas por legislação e regulamentação. A aprovação das operações com partes relacionadas é também submetida à aprovação dos órgãos decisórios da Companhia, conforme regras previstas em nosso Estatuto Social. Ademais, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer acionista ou membro do Conselho de Administração está proibido de votar em deliberação acerca de matéria em que tenha interesses conflitantes com os da Companhia.

## Notas Explicativas

As operações celebradas pela Companhia com partes relacionadas seguem os padrões de mercado e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de seus termos e condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

O Acordo de Acionistas firmado entre o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FI-FGTS"), representado pela Caixa Econômica Federal (CEF), a DENERGE - Desenvolvimento Energético S.A. ("DENERGE") e a Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A. ("EEVP"), ambas controladoras indiretas da Companhia, prevê cláusulas que requerem a manutenção de determinados limites operacionais dentro de parâmetros pré-estabelecidos envolvendo a Companhia.

A Administração da Companhia acompanha esses limites operacionais, como forma de monitoramento e remediação com o FI-FGTS, quando necessário.

Em 30/9/2011, a Companhia atingiu o limite operacional de captações para novas operações e não atendeu o indicador de Dívida líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) menor que 0,55. As captações posteriores ao não atendimento do indicador foram efetuadas após obtenção de anuência do FI-FGTS. Os demais limites operacionais do acordo foram atendidos.

As operações com o acionista não controlador, Eletrobrás, estão detalhadas na nota explicativa nº 18 – Empréstimos, financiamentos e encargos.

## Notas Explicativas

### 12.1. Transações e saldos com empresas relacionadas

	Trimestre findo em:		Período findo em:	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
<b>TRANSAÇÕES DE MÚTUOS</b>				
Receitas financeiras	1.680	2.652	6.203	30.349
Despesas financeiras	(4.118)	(4.710)	(11.493)	(8.463)
<b>SALDOS ATIVOS</b>				
<b>Não circulante</b>				
<b>Valores a recuperar:</b>				
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada	-	-	34
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada	-	-	92
				<b>126</b>
<b>Alienação de bens e direitos (b):</b>				
Rede Power do Brasil S.A.	Coligada		113.909	107.927
<b>Total</b>			<b>113.909</b>	<b>108.053</b>
<b>SALDOS PASSIVOS</b>				
<b>Circulante</b>				
<b>Não circulante</b>				
<b>Valores a reembolsar:</b>				
Caiuá Distribuição de Energia S.A	Coligada		2.047	2.283
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada		-	92
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada		-	51
Empresa Elétrica Bragantina S.A. - EEB	Coligada		-	29
			<b>2.047</b>	<b>2.455</b>
<b>Conta corrente (a):</b>				
Cia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins - CELTINS	Coligada		20.522	30.986
Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT	Coligada		35.798	28.833
Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A. - EDEVP	Coligada		21.771	22.889
Companhia Nacional de Energia Elétrica - CNEE	Coligada		7.754	10.412
Companhia Força e Luz do Oeste - CFLO	Coligada		18.447	18.246
Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL	Coligada		21.723	22.594
			<b>126.015</b>	<b>133.960</b>
<b>Total</b>			<b>128.062</b>	<b>136.415</b>

#### (a) Conta corrente

##### • Contrato Multilateral de Mútuo entre as Geradoras e Não Concessionárias (Mutuantes) e as Distribuidoras (Mutuárias)

As empresas Geradoras e Não Concessionárias (mutuantes) darão em empréstimos, recursos financeiros dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato, às Distribuidoras (mutuárias), na medida de suas necessidades de forma sucessiva e contínua, com remuneração sobre o saldo devedor calculado com base em 100% do CDI. Cada empresa tem um limite máximo para o saldo credor, as Distribuidoras, por sua vez, somente poderão realizar operações de conta-corrente na condição de tomadoras dos empréstimos perante as Geradoras e Não Concessionárias.

As mutuantes podem realizar operações de empréstimos financeiros entre si.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses, vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 7º aditivo



## Notas Explicativas

do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas informações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

### • Contrato Multilateral de Mútuo entre as Distribuidoras

Refere-se à movimentação financeira efetuada entre as Distribuidoras que na medida de suas necessidades, tomarão ou darão em empréstimos, recursos financeiros, de forma sucessiva e contínua, assumindo, respectivamente, a posição de devedora ou credora conforme o caso, dentro dos limites para os saldos credores estabelecidos no contrato.

A Companhia foi incluída no contrato na condição de mutuária, somente podendo receber recursos das demais distribuidoras.

A remuneração sobre o saldo devedor é calculada com base em 100% do CDI com prazo de 36 meses vencendo em 31/8/2011, nos termos de contratos de mútuo na modalidade de conta corrente, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Em 19/8/2011 foi encaminhado à ANEEL o 5º aditivo do referido contrato, solicitando a prorrogação do prazo de vigência por mais 24 meses com término em 31/8/2013. Até o encerramento destas informações não havia sido publicada a anuência da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira.

### (b) Alienação de bens e direitos

Corresponde ao valor a receber da Rede Power do Brasil S.A. relativo à alienação das participações societárias nas companhias Rede Lajeado Energia S.A., de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações, no valor de R\$ 76.124, com a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho nº 2.147 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 20/12/2005 e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE de acordo com o Instrumento Particular de Venda e Compra de Ações com a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho nº 683 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira de 3/4/2006.

Em novembro de 2007, por meio do primeiro termo aditivo ao Instrumento Particular de Venda e Compra de ações da Rede Lajeado Energia S.A. foi renegociada a remuneração e forma de pagamento adequando o respectivo encargo para IGP-M mais 2% a.a. e o pagamento em 10 parcelas anuais vencendo a 1ª em 30/6/2008. Este aditamento tem a anuência da ANEEL, dada por meio do Despacho nº 3.458 de 21/11/2007 da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira publicado no DOU de 23/11/2007.

### 12.2. Remuneração dos Administradores

A remuneração dos administradores, para o período findo em 30/9/2011, que corresponde a benefícios de curto prazo, foi de R\$ 2.567 (R\$ 1.966 no período findo em 30/9/2010) e, o valor correspondente a benefícios pós-emprego, foi de R\$ 42 (R\$ 20 no período findo em 30/9/2010).

No período findo em 30/9/2011 não houve benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho nem remuneração baseada em ações.

## Notas Explicativas

### 13. INVESTIMENTOS

Propriedades para investimentos avaliadas a custo:	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Edificações, obras civis e benfeitorias	20.146	20.199
Terrenos	1.422	1.423
Outros investimentos	4.071	4.160
<b>Total</b>	<b><u>25.639</u></b>	<b><u>25.782</u></b>

Refere-se aos bens destinados a uso futuro, em conformidade com o processo de desverticalização adotado pela Companhia e de acordo com a proposta apresentada à ANEEL.

### 14. ATIVO FINANCEIRO E ATIVO INTANGÍVEL DO CONTRATO DE CONCESSÃO

Os bens relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo intangível líquido e ativo financeiro e estão representados como segue:

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Ativo financeiro	398.508	275.831
Ativo intangível	2.176.300	2.053.208
<b>Total</b>	<b><u>2.574.808</u></b>	<b><u>2.329.039</u></b>

A mutação dos bens da concessão, representados pelo ativo intangível e ativo financeiro está demonstrada abaixo:

**Notas Explicativas**

	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>30/9/2011</u>
<b>Em serviço:</b>					
<b>Custo</b>					
Geração	25.754	-	(2.880)	1.856	24.730
Distribuição	3.701.423	-	(117.683)	530.469	4.114.209
Comercialização	20.861	-	-	93	20.954
Administração	80.489	-	-	8.190	88.679
<b>Subtotal</b>	<b>3.828.527</b>	<b>-</b>	<b>(120.563)</b>	<b>540.608</b>	<b>4.248.572</b>
(-) Obrigações vinc. à concessão	(924.738)	(83)	-	(120.980)	(1.045.801)
<b>Total do custo</b>	<b>2.903.789</b>	<b>(83)</b>	<b>(120.563)</b>	<b>419.628</b>	<b>3.202.771</b>
<b>(-) Amortização</b>					
Geração	(6.989)	(827)	408	(141)	(7.549)
Distribuição	(1.022.133)	(135.883)	22.729	(38)	(1.135.325)
Comercialização	(7.468)	(629)	-	1	(8.096)
Administração	(44.706)	(4.906)	-	178	(49.434)
<b>Subtotal</b>	<b>(1.081.296)</b>	<b>(142.245)</b>	<b>23.137</b>	<b>-</b>	<b>(1.200.404)</b>
Obrigações vinc. à concessão	77.151	32.633	-	-	109.784
<b>Total da amortização</b>	<b>(1.004.145)</b>	<b>(109.612)</b>	<b>23.137</b>	<b>-</b>	<b>(1.090.620)</b>
<b>Total em serviço</b>	<b>1.899.644</b>	<b>(109.695)</b>	<b>(97.426)</b>	<b>419.628</b>	<b>2.112.151</b>
<b>Em Curso:</b>					
Geração	4.484	3.390	(31)	(966)	6.877
Distribuição	789.197	547.351	(18.391)	(528.507)	789.650
Comercialização	229	87	(1)	(97)	218
Administração	18.924	13.783	(2.465)	(11.038)	19.204
<b>Subtotal</b>	<b>812.834</b>	<b>564.611</b>	<b>(20.888)</b>	<b>(540.608)</b>	<b>815.949</b>
Obrigações vinc. à concessão	(383.439)	(123.003)	32.170	120.980	(353.292)
<b>Total em curso</b>	<b>429.395</b>	<b>441.608</b>	<b>11.282</b>	<b>(419.628)</b>	<b>462.657</b>
<b>Total</b>	<b>2.329.039</b>	<b>331.913</b>	<b>(86.144)</b>	<b>-</b>	<b>2.574.808</b>

Os bens referentes aos contratos de concessão estão constituídos em termo da natureza dos ativos que os compõe:

**Notas Explicativas**

			30/9/2011		31/12/2010	
			Valor líquido		Valor líquido	
	Custo	(-) Amortização acumulada	Ativo intangível	Ativo financeiro	Ativo intangível	Ativo financeiro
<b>Em serviço:</b>						
Terrenos	19.350	-	-	19.350	-	19.001
Edificações, obras civis e benfeitorias	113.974	(43.380)	51.457	19.137	47.658	16.140
Máquinas e equipamentos	4.057.417	(1.129.907)	2.545.882	381.628	2.378.203	261.895
Veículos	21.056	(9.556)	11.500	-	5.176	-
Móveis e utensílios	9.642	(5.147)	4.495	-	3.505	-
Servidões (a)	10.204	-	-	10.204	5.048	10.606
Softwares (b)	16.929	(12.414)	4.515	-	-	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(1.045.801)	109.784	(904.206)	(31.811)	(815.775)	(31.811)
<b>Subtotal</b>	<b>3.202.771</b>	<b>(1.090.620)</b>	<b>1.713.643</b>	<b>398.508</b>	<b>1.623.815</b>	<b>275.831</b>
<b>Em curso:</b>						
Terrenos	409	-	409	-	1.015	-
Edificações, obras civis e benfeitorias	3.531	-	3.531	-	1.872	-
Máquinas e equipamentos	595.781	-	595.781	-	580.039	-
Veículos	2.761	-	2.761	-	5.458	-
Móveis e utensílios	1.181	-	1.181	-	1.301	-
Material em depósito	83.615	-	83.615	-	104.159	-
Servidões (a)	393	-	393	-	258	-
Softwares (b)	15.488	-	15.488	-	10.925	-
Outros	112.790	-	112.790	-	107.807	-
(-) Obrigações vinculadas à concessão	(353.292)	-	(353.292)	-	(383.441)	-
<b>Subtotal</b>	<b>462.657</b>	<b>-</b>	<b>462.657</b>	<b>-</b>	<b>429.393</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>3.665.428</b>	<b>(1.090.620)</b>	<b>2.176.300</b>	<b>398.508</b>	<b>2.053.208</b>	<b>275.831</b>

(a) Servidões: são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Companhia, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel. Como estas têm vida útil indefinida não são amortizados, apenas sujeitos a teste de recuperabilidade econômica anualmente.

(b) Software: são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de softwares. Tais itens são amortizados linearmente.

O intangível em curso de contratos de concessão refere-se substancialmente às obras de expansão em andamento do sistema de distribuição de energia elétrica. Incluem itens incorporados por meio de arrendamentos mercantis financeiros, cujos valores são imateriais. O arrendamento financeiro reconhecido na transição da Lei 11.638/2007 encontra-se totalmente depreciado.

Por atividade, os bens que compõe o ativo intangível dos contratos de concessão são constituídos da seguinte forma:

## Notas Explicativas

						30/9/2011	31/12/2010
	Taxas médias de amortização (*)	Custo	(-) Ativo financeiro líquido	(-) Amortização acumulada	Subtotal	(-) Obrigações vinculadas à concessão líquida	Valor líquido
						Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço:</b>							
Geração	3,20%	24.730	(3.671)	(7.549)	13.510	(55)	13.455
Distribuição	3,44%	4.114.209	(383.167)	(1.135.325)	2.595.717	(935.484)	1.660.233
Comercialização	3,01%	20.954	(5.666)	(8.096)	7.192	(237)	6.955
Administração	5,74%	88.679	(6.004)	(49.434)	33.241	(241)	33.000
<b>Subtotal</b>		<b>4.248.572</b>	<b>(398.508)</b>	<b>(1.200.404)</b>	<b>2.649.660</b>	<b>(936.017)</b>	<b>1.713.643</b>
<b>Em curso:</b>							
Geração		6.877	-	-	6.877	-	6.877
Distribuição		789.650	-	-	789.650	(353.292)	436.358
Comercialização		218	-	-	218	-	218
Administração		19.204	-	-	19.204	-	19.204
<b>Subtotal</b>		<b>815.949</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>815.949</b>	<b>(353.292)</b>	<b>462.657</b>
<b>Total</b>		<b>5.064.521</b>	<b>(398.508)</b>	<b>(1.200.404)</b>	<b>3.465.609</b>	<b>(1.289.309)</b>	<b>2.176.300</b>

(\*) A taxa média é calculada considerando a despesa de amortização do exercício dividida pelo saldo médio anual do intangível.

As taxas de amortização são determinadas com base nas principais taxas anuais de amortização por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367/2009, sendo as seguintes:

	Taxas anuais de amortização %		Taxas anuais de amortização %
<b>Geração:</b>		<b>Comercialização:</b>	
Equipamento geral	10,00	Equipamento geral	10,00
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	Edificações	4,00
Turbina hidráulica	2,50		
<b>Distribuição:</b>		<b>Administração central:</b>	
Barra de capacitores	5,00 - 6,70	Veículos	20,00
Chave de distribuição	3,30 - 6,70	Equipamento geral	10,00
Condutor do sistema	2,50 - 5,00		
Estrutura do sistema	2,50 - 5,00		
Regulador de tensão	3,50 - 4,80		
Transformador de distribuição	5,00		

### Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26/2/1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

## Notas Explicativas

### Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

A partir de 1/1/2007, as Obrigações Vinculadas passaram a ser controladas conforme determina o Despacho ANEEL nº 3.073, de 28/12/2006, e Ofícios Circulares ANEEL nº 236, nº 296 e nº 1.314, de 8/2/2007, 15/2/2007 e 27/6/2007, respectivamente. Nessas legislações ficou determinado que:

- As baixas do ativo intangível, de bens ou empreendimentos que tenham sido total ou parcialmente constituídos com recursos de terceiros, devem ser refletidas nas Obrigações Vinculadas, de forma a anular os efeitos no resultado do exercício, quando do encerramento da Ordem de Desativação - ODD.

Para fins de baixa dos recursos registrados nas Obrigações Vinculadas, deve ser identificado e utilizado o percentual que o bem ou empreendimento baixado representa em relação ao ativo intangível em serviço da respectiva atividade.

- Os valores registrados nas Obrigações Vinculadas passaram a ser objeto de cálculo de Reintegração – Depreciação e registrados contabilmente de forma que o efeito desta despesa seja anulado no resultado do exercício. O prazo de início da apuração da depreciação acumulada deve ser a partir do 2º ciclo da revisão tarifária.

Para a apuração do valor da reintegração, deve ser utilizada a taxa média de amortização do ativo intangível da respectiva atividade em que tiverem sido aplicados os recursos das Obrigações Vinculadas.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31/10/2006, estabeleceu os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para a realização do 2º ciclo de revisão tarifária periódica de suas controladas.

Desde 1/1/1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação, tendo a seguinte composição:

	Ativo intangível		Ativo financeiro		Total	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Participação do consumidor	(47.029)	(45.204)	(728)	(728)	(47.757)	(45.932)
Participação da União	(6.177)	(6.365)	(237)	(237)	(6.414)	(6.602)
Participação do Estado	(3.339)	(2.789)	(101)	(101)	(3.440)	(2.890)
Participação dos Municípios	(59.090)	(60.561)	(2.005)	(2.005)	(61.095)	(62.566)
Doações e subv. destinadas a invest. do serv. concedido	(2.371)	(2.427)	(99)	(99)	(2.470)	(2.526)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(34)	(50)	(4)	(4)	(38)	(54)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(78)	(86)	(3)	(3)	(81)	(89)
Universalização do serviço público de energia elétrica	(945.498)	(942.254)	(28.634)	(28.634)	(974.132)	(970.888)
Outros	(193.882)	(139.479)	-	-	(193.882)	(139.479)
<b>Total</b>	<b>(1.257.498)</b>	<b>(1.199.215)</b>	<b>(31.811)</b>	<b>(31.811)</b>	<b>(1.289.309)</b>	<b>(1.231.026)</b>

### Reavaliação

Em atendimento à Deliberação CVM nº 183/1995, item 15, a Companhia procedeu a uma nova avaliação dos bens reavaliados em 2001, como forma de dar continuidade à prática contábil estabelecida para os bens do imobilizado.

A reavaliação abrangeu as usinas hidrelétricas, usinas térmicas, linhas e redes de transmissão, linhas e redes de distribuição, subestações e equipamentos em geral.

A Assembléia Geral Extraordinária realizada em 29/7/2005 aprovou a nomeação das empresas especializadas Moore Stephens Lima Lucchesi Auditores Independentes e Stima Engenharia Ltda. e o

## Notas Explicativas

respectivo Laudo de Avaliação apresentado pelas empresas, em que constam os novos valores dos bens do imobilizado na data-base de 31/5/2005, conforme detalhado a seguir:

	<u>Laudo de avaliação</u>	<u>Valor residual</u>	<u>Incremento</u>
Geração	22.819	15.709	7.110
Distribuição	1.497.612	934.207	563.405
Comercialização	13.870	8.982	4.888
Administração	52.726	43.160	9.566
<b>Total</b>	<b><u>1.587.027</u></b>	<b><u>1.002.058</u></b>	<b><u>584.969</u></b>
Impostos diferidos			(196.055)
Reavaliação anterior			295.652
Provisão de impostos sobre reserva de reavaliação de bens não depreciáveis			(3.021)
Realização da reserva de reavaliação - líquida de impostos diferidos (depreciação/baixas)			<u>(318.069)</u>
<b>Reserva de reavaliação registrada no Patrimônio Líquido em 30/9/2011</b>			<b><u>363.476</u></b>

O efeito no resultado do período findo em 30/9/2011, oriundo das amortizações, baixas e alienações, foi de R\$ 24.924, líquido dos efeitos tributários (R\$ 24.913 no período findo em 30/9/2010).

### Teste de recuperabilidade econômica

Por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31/12/2010, a Companhia procedeu ao teste de recuperabilidade econômica dos ativos intangível e financeiro dos contratos de concessão de acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos. O ativo intangível foi testado com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa para o período de vigência da concessão. O ativo financeiro, resultante da adoção do OCPC 05 - Contratos de Concessão, teve como principal parâmetro a base de remuneração da última revisão tarifária ajustada. Durante o período findo em 30/9/2011, não ocorreu nenhum evento relevante que requeresse a revisão do referido teste. Para as projeções do modelo de fluxo de caixa, utilizou-se as seguintes principais premissas:

- Relação histórica entre o crescimento da energia vendida (MWh) e o da economia, dado pelo PIB;
- Para o cenário econômico futuro e variáveis macroeconômicas, utilizou-se estudos desenvolvidos por meio de modelos econométricos e outros dados de mercado disponíveis;
- Os fluxos de caixa foram trazidos a valor presente por meio de uma taxa média, representativa do custo médio ponderado de capital.

Para 30/9/2011 os valores apurados no teste acima citado, mostraram-se suficientes para a cobertura dos ativos intangível e financeiro.

**Notas Explicativas****15. FORNECEDORES**

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Suprimento de energia elétrica	124.739	91.416
Energia livre - CCEE	9.237	9.237
Aquisição de combustível	39.955	67.856
Encargos de uso da rede elétrica	9.529	4.231
Materiais e serviços	68.179	69.793
<b>Total</b>	<b><u>251.639</u></b>	<b><u>242.533</u></b>

**16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
<b>Obrigações fiscais Federais:</b>				
IRRF	950	-	-	-
Previdência social	3.435	4.147	-	-
FGTS	596	818	-	-
PIS	4.048	6.144	-	-
COFINS	20.910	28.300	-	-
Outros	628	2.251	-	-
<b>Subtotal</b>	<b><u>30.567</u></b>	<b><u>41.660</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Parcelamentos:</b>				
Parcelamento Lei 11.941/2009 (b)	54.339	63.024	119.750	145.807
Parcelamento ordinário - PIS (c)	4.970	3.507	17.187	9.810
Parcelamento ordinário - COFINS (c)	22.891	16.020	79.796	45.228
Parcelamento ordinário - CPMF(c)	1.248	1.595	9.171	9.203
Outros	-	-	175	175
<b>Subtotal</b>	<b><u>83.448</u></b>	<b><u>84.146</u></b>	<b><u>226.079</u></b>	<b><u>210.223</u></b>
<b>Total de obrigações fiscais Federais</b>	<b><u>114.015</u></b>	<b><u>125.806</u></b>	<b><u>226.079</u></b>	<b><u>210.223</u></b>
<b>Obrigações fiscais Estaduais:</b>				
ICMS	57.537	42.974	-	-
<b>Parcelamentos:</b>				
ICMS (a)	57.505	41.816	60.029	52.749
<b>Total de obrigações fiscais Estaduais</b>	<b><u>115.042</u></b>	<b><u>84.790</u></b>	<b><u>60.029</u></b>	<b><u>52.749</u></b>
<b>Obrigações fiscais Municipais:</b>				
ISS	-	666	-	-
<b>Total de obrigações fiscais Municipais</b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>666</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>-</u></b>
<b>Total de obrigações fiscais</b>	<b><u>229.057</u></b>	<b><u>211.262</u></b>	<b><u>286.108</u></b>	<b><u>262.972</u></b>

(a) Parcelamentos concedidos pela Secretaria Executiva de Estado da Fazenda do Estado do Pará com prazos de amortização de 36 meses, iniciado em maio/2010 e com encerramento previsto para abril/2013; 40 meses iniciado em julho/2011 e com encerramento previsto para outubro/2014; e em 60 meses iniciado em agosto/2011 com encerramento previsto para julho/2016. Os parcelamentos são corrigidos pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia – SELIC mais 1%.



## Notas Explicativas

(b) Refere-se a saldos remanescentes do Parcelamento Excepcional – PAEX e Dívidas não parceladas anteriormente com vencimentos até 30/11/2008, mantidos junto a Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, em função da adesão da companhia, em setembro de 2009, às novas modalidades de parcelamentos instituídas pela Lei nº 11.941/2009. O valor de cada prestação será acrescido de juros correspondentes à variação da taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

Em 29/6/2011, a Companhia concluiu a etapa final da consolidação das modalidades de parcelamento previstas nos artigos 1º e 3º da Lei nº 11.941/2009, com as informações dos montantes de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social utilizados para a liquidação de multas e juros, indicação dos débitos passíveis de parcelamento e do número de parcelas.

	Tributos			Total
	RFB	PGFN	Previdência Social	
<b>Saldo consolidado em 31/12/2010</b>	<b>120.038</b>	<b>74.192</b>	<b>14.601</b>	<b>208.831</b>
Encargos	747	9.322	(26)	10.043
Amortizações	(30.663)	(13.847)	(275)	(44.785)
<b>Saldo consolidado em 30/9/2011</b>	<b>90.122</b>	<b>69.667</b>	<b>14.300</b>	<b>174.089</b>

(c) Parcelamento ordinário – Parcelamento concedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB - referente saldo devedor de PIS, COFINS e CPMF, protocolado em 25/11/2009, o qual será pago em 60 parcelas mensais, corrigidas pelo Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, cujo primeiro pagamento ocorreu em 25/11/2009 e o último está previsto para ser liquidado em 30/10/2014.

**Notas Explicativas****17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****17.1. Composição**

	30/09/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Moeda nacional:</b>				
BNDES - URTJLP	25.020	169.703	454	193.946
BNDES - PRÉ	4.439	42.086	56	46.440
Eletrobrás	56.090	354.322	34.447	293.900
FINAME	2.178	3.809	1.608	2.228
Capital de giro - CDI	224.577	288.250	417.085	241.230
Capital de giro - IPCA	17.125	13.889	16.667	26.389
Capital de giro - PRÉ	37.330	-	45.410	6.500
FNO	3.966	79.209	341	62.598
FDE	828	1.055	795	1.546
<b>Subtotal</b>	<b>371.553</b>	<b>952.323</b>	<b>516.863</b>	<b>874.777</b>
(-) Custo de transação	(1.230)	(1.919)	-	-
<b>Total moeda nacional</b>	<b>370.323</b>	<b>950.404</b>	<b>516.863</b>	<b>874.777</b>
<b>Moeda estrangeira:</b>				
BID	124.804	-	53.622	97.735
Units Notes	11.325	-	10.774	10.053
Tesouro Nacional	4.430	37.279	3.519	35.111
Capital de Giro	15.820	463.600	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>156.379</b>	<b>500.879</b>	<b>67.915</b>	<b>142.899</b>
(-) Custo de transação	(1.719)	(6.090)	(169)	(20)
(-) Cauções	-	(20.895)	-	(18.218)
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>154.660</b>	<b>473.894</b>	<b>67.746</b>	<b>124.661</b>
<b>Total geral</b>	<b>524.983</b>	<b>1.424.298</b>	<b>584.609</b>	<b>999.438</b>
Principal	494.950	1.432.307	569.724	999.458
Encargos	30.033	(8.009)	14.885	(20)

## Notas Explicativas

### 17.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador

	30/9/2011	%	31/12/2010	%
<b>Moeda nacional:</b>				
URTJLP	197.419	14,91	194.400	13,97
UFIR	410.412	31,00	328.348	23,59
CDI	512.827	38,74	658.315	47,30
IPCA	31.014	2,34	43.056	3,09
TJLP	4.635	0,35	6.176	0,44
PRÉ-FIXADO	167.569	12,66	161.345	11,59
	<b>1.323.876</b>	<b>100,00</b>	<b>1.391.640</b>	<b>100,00</b>
Custo de transação	(3.149)		-	
<b>Subtotal</b>	<b>1.320.727</b>		<b>1.391.640</b>	
<b>Moeda estrangeira:</b>				
<b>Dólar norte-americano</b>				
LIBOR	15.925	2,42	65.393	31,02
PRÉ-FIXADO	641.333	97,58	145.421	68,98
	<b>657.258</b>	<b>100,00</b>	<b>210.814</b>	<b>100,00</b>
Custo de transação	(7.809)		(189)	
Cauções	(20.895)		(18.218)	
<b>Subtotal</b>	<b>628.554</b>		<b>192.407</b>	
<b>Total</b>	<b>1.949.281</b>		<b>1.584.047</b>	

### 17.3. Detalhamento dos empréstimos e financiamentos

#### Moeda nacional:

**a. Eletrobrás:** recursos destinados à investimentos no ativo imobilizado para expansão do Programa Nacional Luz no Campo. O empréstimo é datado de 29/2/2000, a data de vencimento da última parcela ocorrerá em agosto/2014, conforme aditivo contratual, a forma de amortização é mensal, e a taxa de juros é de 5% a.a..

**b. Eletrobrás:** empréstimos tomados para a implementação do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica "Luz para Todos", instituído pelo Decreto nº 4.873, de 11/11/2003, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e operacionalizado pela ELETROBRÁS, com recursos originários da Reserva Global de Reversão - RGR. A amortização dos contratos será em 120 parcelas mensais e sucessivas, com carência de 24 meses, vencendo a última parcela em maio/2022, com encargos de 6% a.a.. Até setembro/2011, foi liberado o montante de R\$ 86.196 por meio do contrato ECF-2812/2010 e ECFS-2870/2010 com carência de 36 meses e vencimento da última parcela em agosto/2024 com encargos de 7,0% a.a..

**c. BNDES:** em dezembro/2009 foi firmado contrato com a finalidade de financiamento de obras de Distribuição e Transmissão em sua área de concessão no valor de R\$ 449.277, com taxa média de 4,07% a.a. acima da variação da TJLP e taxa pré-fixada de 4,50% a.a., vencendo a primeira parcela de amortização em janeiro/2012 e a última em dezembro/2019. Até setembro/2011 foram liberados R\$ 240.385.

**d. FNO:** em dezembro/2008 e agosto/2009 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, por meio do Banco da Amazônia no valor total de R\$ 118.067, ao custo de 8,5% a.a.; com prazo máximo de 180 meses, sendo 38 meses de carência e 142 para amortização do principal, vencendo a última parcela em janeiro/2024. Até setembro/2011 foram liberados R\$ 82.789.

## Notas Explicativas

**e. FDE:** em dezembro/2003 e março/2004 foram firmados contratos para financiamento de obras com recursos do Fundo de Desenvolvimento Econômico do Estado do Pará – FDE, por meio do Banco do Estado do Pará no valor total de R\$ 2.627, ao custo de 6,0% a.a. acima da TLJP; com prazo máximo de 120 meses, sendo 36 meses de carência e 84 para amortização do principal, vencendo a última parcela em março/2014.

**f. Tesouro nacional:** Banco do Brasil S.A. - reestruturação de dívida externa, contrato inicial assinado em 31/12/1997, com taxas de juros pré que variam de 6,00% a 8,00% a.a., e taxas que variam de 0,81% a 0,88% a.a. mais taxa Libor semestral acrescida da variação cambial, com amortização semestral, e vencimento da última parcela em abril/2024, com garantias de aval do Governo do Estado, receita própria e depósito caução de parte da dívida, atualizado mediante aplicação da média ponderada das variações dos preços dos “Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América” (“US\$ Treasury Zero Coupon Bond”) cujo saldo em 30/9/2011 era de R\$ 20.895.

**g. Capital de giro:** As operações de capital de giro são indexadas a CDI e IPCA e pré-fixadas, com amortização mensal, e vencimento da última parcela em agosto/2015.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 4,88% a.a.
- Operações indexadas a IPCA com taxa média ponderada de 11,00% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 20,48% a.a.

Dentro destas operações existe contrato com taxa de juros efetiva de 7,50% a.a. que contemplam os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o período findo em 30/9/2011 foram amortizados R\$ 108.

Os custos de transação a serem amortizados são:

Vencimento:	<u>30/09/2011</u>
2011	295
2012	1.232
2013	965
2014	544
2015	113
<b>Total</b>	<b><u>3.149</u></b>

### Moeda estrangeira:

**a. Empréstimo Unit Note:** em fevereiro/2006, a Companhia efetuou a emissão de US\$ 50.000 relativos a “Unit Note”, com prazo total para liquidação de 6 anos, sendo 3 anos de carência e 3 anos para amortização do principal e com taxa de juros nominal de 9,5% a.a.. O montante do principal dessa operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial, por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 19). Em 9/8/2007, a Companhia antecipou pagamentos no montante de US\$ 31.899 milhões, correspondentes a R\$ 61.231.

Esta operação tem uma taxa efetiva de juros de 10,06% a.a que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme a Deliberação CVM nº 556/2008. Durante o período findo em 30/9/2011 foram amortizados R\$ 128.

## Notas Explicativas

**b. Empréstimo – BID:** em junho/2006, a Companhia assinou contrato de US\$ 135.000 provenientes de empréstimos aprovados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), sendo US\$ 75.000 provenientes de recursos próprios do BID (denominados como “A Loan” ou parte “A”); e US\$ 60.000 de um sindicato de bancos (clubdeal) composto pelo Banco Société Générale e Banco Itaú Europa, ou parte “B”. A parte “A” do financiamento terá o prazo total de 9 (nove) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 6 (seis) para amortização do principal. A parte “B” terá o prazo total de 6 (seis) anos para liquidação, sendo 3 (três) anos de carência e mais 3 (três) anos para amortização. As amortizações serão pagas trimestralmente e durante o período de carência ocorrerão pagamentos trimestrais dos encargos. O custo da parte A é de Libor acrescida de spread de 3,87% a.a. e a parte B de Libor acrescida de spread de 3,5% a.a.. O principal referente a primeira liberação da operação foi protegido contra as oscilações da variação cambial por meio de instrumentos derivativos (vide nota explicativa nº 19).

**c. Capital de Giro – BOND’s:** em junho/2011 foi emitido papel no mercado externo no montante de US\$ 250.000 com taxa de 10,50% a.a., com pagamentos dos juros semestrais e o principal com pagamento único em junho/2016. Os BOND’s são negociados na Irish Stock Exchange (Bolsa de Valores da Irlanda). Os recursos desta operação serão utilizados para pagamentos de operações de curto prazo e com custos mais altos. A utilização dos recursos até setembro/2011 foi a seguinte:

<b>Valor liberado</b>	<b>395.987</b>
Comissão de estruturação	(8.286)
Liquidação antecipadas de contratos	(224.882)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jun/2011	(28.037)
Antecipação de parcelas com vencimento em jul/2011	(13.191)
Pagamentos de parcelas com vencimento em jul/2011	(42.389)
Pagamentos de parcelas com vencimento em ago/2011	(26.632)
Pagamentos de parcelas com vencimento em set/2011	(21.243)
<b>Saldo disponível</b>	<b>31.327</b>

Esta operação tem uma taxa de juros efetiva de 10,92% a.a. que contempla os custos de transação que são apropriados ao resultado mensalmente, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o período findo em 30/9/2011 foram amortizados R\$ 539.

Os custos das transações da Unit Note e Bond’s a serem amortizados são:

Vencimento:	30/09/2011			31/12/2010
	Unit Note	Bond's	Total	Total
2011	42	419	461	169
2012	20	1.657	1.677	20
2013	-	1.657	1.657	-
2014	-	1.657	1.657	-
2015	-	1.657	1.657	-
2016	-	700	700	-
<b>Total</b>	<b>62</b>	<b>7.747</b>	<b>7.809</b>	<b>189</b>

### 17.4. Garantias

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos por notas promissórias, avais do acionista controlador e receitas futuras de fornecimento de energia elétrica.

**Notas Explicativas****17.5. Vencimentos das parcelas do não circulante (principal e encargos)**

<b>Vencimento</b>	<b>Moeda nacional</b>	<b>Moeda estrangeira</b>	<b>Custo de Transação</b>	<b>Cauções</b>	<b>30/9/2011</b>	<b>31/12/2010</b>
2012	79.285	848	(717)	-	79.416	283.426
2013	254.516	1.697	(2.622)	-	253.591	205.463
2014	160.068	848	(2.201)	-	158.715	142.349
2015	104.965	-	(1.769)	-	103.196	92.655
2016	90.024	463.600	(700)	-	552.924	77.615
2017	88.118	-	-	-	88.118	75.981
2018	54.492	-	-	-	54.492	42.354
2019	45.023	-	-	-	45.023	34.998
2020	20.457	-	-	-	20.457	10.347
2021	18.755	-	-	-	18.755	8.645
2022	16.644	-	-	-	16.644	7.163
2023	15.012	-	-	-	15.012	5.779
2024	4.964	33.886	-	(20.895)	17.955	12.663
<b>Total</b>	<b>952.323</b>	<b>500.879</b>	<b>(8.009)</b>	<b>(20.895)</b>	<b>1.424.298</b>	<b>999.438</b>

**17.6. Movimentação**

	<b>Moeda nacional</b>		<b>Moeda estrangeira</b>		<b>Total</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>516.863</b>	<b>874.777</b>	<b>67.746</b>	<b>124.661</b>	<b>1.584.047</b>
Ingressos	277.025	361.742	-	395.987	1.034.754
Encargos	115.541	-	24.044	-	139.585
Variação monetária e cambial	2.848	1.517	17.339	69.336	91.040
Transferências	285.712	(285.712)	107.344	(107.344)	-
Pagamentos de principal	(713.024)	-	(49.762)	-	(762.786)
Pagamentos de juros	(113.412)	-	(10.501)	-	(123.913)
Custo de transação	-	(3.258)	-	(8.286)	(11.544)
Transferência de custo de transação	(1.338)	1.338	(2.216)	2.216	-
Apropriação de custo de transação	108	-	666	-	774
Atualização cauções	-	-	-	(2.676)	(2.676)
<b>Saldo em 30/9/2011</b>	<b>370.323</b>	<b>950.404</b>	<b>154.660</b>	<b>473.894</b>	<b>1.949.281</b>

**Notas Explicativas****18. FINANCIAMENTO POR ARRENDAMENTO FINANCEIRO****18.1. Composição**

	30/9/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Moeda nacional:</b>				
Arrendamento mercantil	6.279	5.345	4.056	6.776
<b>Total moeda nacional</b>	<b>6.279</b>	<b>5.345</b>	<b>4.056</b>	<b>6.776</b>
Principal	6.191	5.345	4.000	6.776
Encargos	88	-	56	-

**18.2. Composição do saldo devedor por moeda e indexador**

	30/09/2011	%	31/12/2010	%
<b>Moeda nacional:</b>				
CDI	10.927	94,00	10.774	99,46
PRÉ-FIXADO	697	6,00	58	0,54
<b>Total</b>	<b>11.624</b>	<b>100,00</b>	<b>10.832</b>	<b>100,00</b>

**18.3. Detalhamento dos arrendamentos**

Contratos de arrendamento mercantil em moeda nacional, com taxas pré-fixadas ou indexadas ao CDI, amortização mensal e vencimento da última parcela em abril/2014.

- Operações indexadas a CDI com taxa média ponderada de 3,20% a.a.
- Operações pré-fixadas com taxa média ponderada de 13,03% a.a.

A dívida total a valor presente dos arrendamentos mercantis em 30/9/2011 é de R\$ 11.624 e os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

<b>Vencimento:</b>	30/09/2011	31/12/2010
2011	1.667	4.056
2012	6.022	4.144
2013	3.782	2.632
2014	153	-
<b>Total</b>	<b>11.624</b>	<b>10.832</b>

## Notas Explicativas

### 18.4. Movimentação

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>4.056</b>	<b>6.776</b>	<b>10.832</b>
Ingressos	-	4.061	4.061
Encargos	1.389	-	1.389
Transferências	5.492	(5.492)	-
Pagamentos de principal	(4.374)	-	(4.374)
Pagamentos de juros	(284)	-	(284)
<b>Saldo em 30/9/2011</b>	<b>6.279</b>	<b>5.345</b>	<b>11.624</b>

### 18.5. Arrendamentos mercantis operacionais

No período findo em 30/9/2011 a Companhia pagou um montante de R\$ 7.280 referente a arrendamentos mercantis operacionais, reconhecidos como despesa do exercício nas rubricas Outros Custos de Operações e Despesas Gerais e Administrativas. Os valores de pagamentos futuros estão distribuídos da seguinte forma:

Vencimento:	R\$
Até 1 ano	3.072
de 1 a 5 anos	8.583
Mais que 5 anos	8.215
<b>Total</b>	<b>19.870</b>

## 19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A contratação de instrumentos derivativos objetiva proteger a exposição das obrigações da Companhia ao risco de mercado, principalmente, riscos de variação cambial, que possam resultar em perda financeira. Esses contratos são celebrados em mercado de balcão diretamente com instituições financeiras, em sua maioria, de primeira linha. As operações com derivativos da Companhia não possui verificadores nem chamada de margens, sendo liquidados integralmente no vencimento.

### a. Política de utilização de instrumentos derivativos

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de resultado, com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes dos descasamentos entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas por intermédio da superintendência financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pelos gestores da Companhia.

### b. Obrigações expostas a variação cambial

Por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da estrutura do endividamento e sua exposição a variação cambial, foram contratados instrumentos financeiros derivativos, contratos de Swap, objetivando mitigar significativamente os riscos de eventuais perdas financeiras nos empréstimos, Unit Notes e BID.



## Notas Explicativas

### c. Composição dos saldos registrados em contas patrimoniais de outros ativos e passivos

Operações passivas			Valor nocial 2011	Custo amortizado		Valor justo	
Objetivo de "hedge" de risco de mercado (a)	Indexadores	Vencimento		30/09/2011	31/12/2010	30/09/2011	31/12/2010
<b>"Swap" BID</b>							
Banco Société Générale		Nov/11 a Mai/12	13.224	(12.303)	(23.174)	(12.061)	(22.749)
Ponta ativa	USD + 0%			10.975	19.994	11.658	20.693
Ponta passiva	IGPM + 4,88%			23.278	43.168	23.719	43.442
Banco Itaú BBA S.A.		Nov/11 a Mai/15	33.495	(30.023)	(47.909)	(30.103)	(46.796)
Ponta ativa	USD + 0%			28.182	41.982	30.388	44.115
Ponta passiva	IGPM + 4,46%			58.205	89.891	60.491	90.911
Unibanco S.A.		Nov/11 a Mai/15	46.966	(42.849)	(46.405)	(45.480)	(45.831)
Ponta ativa	USD + 0%			38.977	41.260	43.211	45.129
Ponta passiva	IGPM + 4,60%			81.826	87.665	88.691	90.960
<b>Total BID</b>				<b>(85.175)</b>	<b>(117.488)</b>	<b>(87.644)</b>	<b>(115.376)</b>
<b>"Swap" UNIT NOTES (b)</b>							
Unibanco S.A.		Fev/12	17.793	(18.423)	(33.821)	(18.234)	(33.692)
Ponta ativa	USD + 0%			15.242	27.770	16.191	28.516
Ponta passiva	IGPM + 5,70%			33.665	61.591	34.425	62.208
Merrill Lynch		Fev/12	17.817	(15.675)	(30.074)	(15.257)	(29.391)
Ponta ativa	USD + 0%			15.242	27.770	16.191	28.516
Ponta passiva	IGPM + 4,20%			30.917	57.844	31.448	57.907
<b>Total UNIT NOTES</b>				<b>(34.098)</b>	<b>(63.895)</b>	<b>(33.491)</b>	<b>(63.083)</b>
<b>"Swap" CAPITAL DE GIRO</b>							
Banco ABC S.A.				-	(1)	-	(48)
Ponta ativa	CDI + 4,2818%			-	5.463	-	5.574
Ponta passiva	CDI + 6,1677%			-	5.464	-	5.622
<b>Total Capital de Giro</b>				<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(48)</b>
<b>TOTAL GERAL</b>				<b>(119.273)</b>	<b>(181.384)</b>	<b>(121.135)</b>	<b>(178.507)</b>
Passivo circulante					-	(76.737)	(81.769)
Passivo não circulante					-	(44.398)	(96.738)

(a) Para maiores informa es sobre as d vidas em questão, vide nota explicativa n  17.

(b) Devido ao pagamento antecipado da dívida, o valor nocial do swap   superior a dívida (vide nota explicativa n  17).

#### Vencimento das parcelas do não circulante:

Vencimento:	30/09/2011	31/12/2010
2012	3.521	62.108
2013	15.329	12.942
2014	17.163	14.530
2015	8.385	7.158
<b>Total</b>	<b>44.398</b>	<b>96.738</b>

#### d. Valor justo dos instrumentos derivativos

A Companhia possui apenas opera es de Swap, não possuindo outros instrumentos derivativos. Para a apura o do valor justo foi estimado seu valor presente utilizando-se de uma metodologia comumente empregada pelos participantes do mercado. A metodologia utilizada para o cáculo do valor justo baseia-se na estimativa do valor presente dos pagamentos por meio da utiliza o de curvas de mercado divulgadas pela BM&F. A mensura o   considera nível 2 na hierarquia do valor justo.

## Notas Explicativas

### e. Exposição cambial sem contratação de instrumentos financeiros derivativos

**Tesouro Nacional:** Os administradores da Companhia não contrataram instrumentos financeiros derivativos por possuir garantias do principal da dívida em forma de caução em dinheiro (US\$) (vide nota explicativa nº 17.3). Esta garantia destina-se exclusivamente a liquidação do principal da dívida com vencimento em abril/2024, não se permitindo o ressarcimento de tais garantias em amortizações antecipadas.

**Capital de Giro – BOND’S:** O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada no dia 13/6/2011, adiou a decisão de contratação ou não de mecanismos de proteção cambial (contratação de Hedge) para esta operação, até que fosse integralmente internado o valor da emissão, bem como, até que a Diretoria Executiva da Companhia apresentasse estudos e análises de propostas em reunião que se realizaria no prazo máximo de 60 dias contados daquela data. Em reunião realizada no dia 8/11/2011 o Conselho de Administração, face a instabilidade e volatilidade do mercado financeiro, deliberou pela não contratação de mecanismos de proteção cambial e estabeleceu que o assunto poderá ser recanalizado a qualquer tempo a pedido dos Conselheiros.

### f. Análise de sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM nº 475/2008 é apresentado a seguir o quadro da análise de sensibilidade de todas as posições de instrumentos derivativos abertos dos contratos de Swap em 30/9/2011. Os Swaps da Companhia, em sua maioria, celebram uma troca de fluxos de caixa, na qual ela se compromete a pagar a variação do IGP-M, recebendo a variação do dólar.

Como estas operações visam proteger dívidas vinculadas a moeda estrangeira, a ponta cambial não apresenta riscos significativos, pois eventuais alterações serão compensadas pela dívida subjacente. Logo, a variável que pode gerar prejuízos e que será sensibilizada é o IGP-M, embora a liquidação, quando ocorrer, será pela diferença entre as pontas.

Devido a natureza, complexidade e isolamento de uma única variável, as estimativas apresentadas podem não representar fielmente o valor da perda, caso a variável em questão tenha a deterioração apresentada.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

		30/09/2011		
Objetivo de "hedge" de risco de mercado	Risco	Cenário provável	Cenário possível (alta de 25%)	Cenário remoto (alta de 50%)
<b>"Swap" BID</b>				
Banco Société Générale	IGPM + 4,88%	(411)	(519)	(628)
Banco Itaú BBA S.A.	IGPM + 4,46%	(3.239)	(4.019)	(4.799)
Unibanco S.A.	IGPM + 4,60%	(10.852)	(13.356)	(15.860)
<b>Total BID</b>		<b>(14.502)</b>	<b>(17.894)</b>	<b>(21.287)</b>
<b>"Swap" notes units</b>				
Unibanco S.A.	IGPM + 5,70%	(535)	(685)	(834)
Merril Lynch	IGPM + 4,20%	(489)	(625)	(762)
<b>Total notes</b>		<b>(1.024)</b>	<b>(1.310)</b>	<b>(1.596)</b>
<b>Total geral</b>		<b>(15.526)</b>	<b>(19.204)</b>	<b>(22.883)</b>

## Notas Explicativas

### 19.1. Gerenciamento dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, sendo que o risco referente a tais operações é monitorado por meio de estratégias de posições financeiras, controles internos, limites e políticas de risco da Companhia.

#### a. Valor de mercado

Alguns instrumentos financeiros têm seu custo amortizado substancialmente próximo ao valor de mercado, como contas a receber, empréstimos de capital de giro e operações específicas sem liquidez, assim o valor de mercado é considerado o próprio custo amortizado. Para os instrumentos financeiros cotados em mercado ativo, sua cotação representa o valor de mercado.

	Nota	Categoria	30/9/2011		31/12/2010	
			Contábil	Valor de mercado	Contábil	Valor de mercado
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	5	Recebíveis	259.066	259.066	457.209	457.209
Consumidores	6	Recebíveis	663.231	663.231	634.426	634.426
Títulos a receber	-	Recebíveis	4.617	4.617	7.291	7.291
Partes relacionadas	12	Recebíveis	113.909	113.909	108.053	108.053
Ativo financeiro - bens da concessão	14	Recebíveis	398.508	398.508	275.831	275.831
Sub-rogação CCC	10	Recebíveis	192.139	192.139	138.509	138.509
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores	15	Mensurado pelo custo amortizado	251.639	251.639	242.533	242.533
Empréstimos e financiamentos	17	Mensurado pelo custo amortizado	1.949.281	1.949.111	1.584.047	1.580.923
Financiamento por arrendamento mercantil	18	Mensurado pelo custo amortizado	11.624	11.624	10.832	10.832
Partes relacionadas	12	Mensurado pelo custo amortizado	128.062	128.062	136.415	136.415
Operações de sw ap	19	Valor justo através do resultado	121.135	121.135	178.507	178.507
Indenizações trabalhistas	24	Mensurado pelo custo amortizado	131.355	131.355	176.107	176.107

### 19.2. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui procedimentos de controles preventivos e detectivos que monitoram sua exposição aos riscos de crédito, de mercado, liquidez.

#### a. Gerenciamento dos riscos de crédito

Risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor das contas a receber mencionadas anteriormente como consumidores (vide nota explicativa nº 6.1). O valor do risco efetivo de eventuais perdas encontra-se apresentado como perda no valor recuperável (vide nota explicativa nº 6.2). A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos analíticos de monitoramento das contas a receber de consumidores, ações de cobrança e corte no fornecimento de energia. Outro fator que minimiza o risco de crédito é o perfil da carteira de crédito, que é pulverizada em um número expressivo de consumidores.

#### b. Gerenciamento de risco de mercado

Risco de mercado é a eventual perda resultante de mudanças adversas nos preços de mercado. Esses riscos de mercado, que estão além de nosso controle, envolvem principalmente a possibilidade de que mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio e inflação, que possam afetar negativamente o valor de nossos ativos financeiros, fluxos de caixa e rendimentos futuros. A mitigação destes riscos ocorre por meio da aplicação de procedimentos de avaliação da exposição dos ativos e passivos ao risco de

## Notas Explicativas

mercado e, conseqüentemente, contratação de hedge, em sua maioria, junto à Instituições Financeiras de primeira linha.

As operações de hedge cambial estão atreladas ao IGP-M. A Administração se utiliza desta estratégia de mitigação de risco de mercado devido ao IGP-M ser o índice de atualização da receita da Companhia. O risco cambial advindo da exposição ao dólar está com saldo menor que o swap cambial, isto se deve pelo pagamento antecipado de parte do Unit Notes (vide nota explicativa nº 17).

Os principais riscos de mercado que podem afetar o resultado da Companhia é o risco de variação no dólar e nos indexadores da dívida.

A Companhia definiu 3 cenários (provável, possível e remoto) a serem simulados. No provável foram definidas pela Administração as taxas divulgadas pela BM&F, e o cenário possível e o remoto, uma deterioração de 25% e 50% respectivamente nas variáveis.

Para os ativos e passivos financeiros foi fixado um período de um ano para verificação do impacto no resultado financeiro, sendo desconsiderado os pagamentos do período. Com relação aos derivativos, representados por swaps que visam proteger dívidas em moeda estrangeira, a ponta passiva foi sensibilizada no item "f - teste de sensibilidade", enquanto a ponta ativa se encontra sensibilizada no quadro a seguir:

- Risco cambial**

	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (alta de 25%)</u>	<u>Cenário remoto (alta de 50%)</u>
<b>Ativos Financeiros</b>			
Recebíveis	1.708	7.359	13.010
<b>Passivos Financeiros</b>			
Mensurado pelo valor justo através do resultado	9.618	41.433	73.247
Mensurado pelo custo amortizado	(53.738)	(231.487)	(409.236)
<b>Total</b>	<b><u>(42.412)</u></b>	<b><u>(182.695)</u></b>	<b><u>(322.979)</u></b>

- Risco de indexadores**

	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário possível (alta de 25%)</u>	<u>Cenário remoto (alta de 50%)</u>
<b>Ativos Financeiros</b>			
Recebíveis	(2.937)	2.223	7.383
<b>Passivos Financeiros</b>			
Mensurado pelo custo amortizado	7.716	(10.447)	(28.610)
<b>Total</b>	<b><u>4.779</u></b>	<b><u>(8.224)</u></b>	<b><u>(21.227)</u></b>

### c. Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco da Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo caixa e investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos e, também se antecipando para futuras necessidades de caixa.

## Notas Explicativas

As análises quanto aos passivos financeiros, por faixas de vencimento, encontram-se em suas respectivas notas explicativas.

### d. Gerenciamento de risco de pagamento antecipado

Condições Restritivas Financeiras (*covenants*): Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia estão sujeitos a condições restritivas, contemplando cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos.

A Administração da Companhia acompanha mensalmente esses indicadores, como forma de monitoramento e remediação com as instituições financeiras envolvidas, quando necessário.

Em 30/9/2011, a Companhia não atendeu os indicadores de Dívida Total/EBITDA menor que 3,50; Dívida Total/(Dívida Total + Patrimônio Líquido) menor que 0,60; Dívida Total de Curto Prazo/EBITDA menor que 0,75; Cobertura de juros maior que 2,00, referentes ao contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) cujo montante é de R\$ 124.804 (vide nota explicativa nº 17). A Companhia tomou providências imediatas, no entanto não recebeu a carta de consentimento (*waiver*), até o encerramento destas informações.

### 19.3. Gerenciamento de riscos relacionados à Companhia e suas operações

Nossas receitas operacionais podem ser positiva ou negativamente afetadas por decisões da ANEEL com relação às nossas tarifas. As tarifas que cobramos pela venda de energia aos consumidores são determinadas de acordo com os contratos de concessão celebrados com a ANEEL e estão sujeitas à discricionariedade regulatória da ANEEL. A mitigação desse risco ocorre pelo monitoramento e aplicação de todas as normas e procedimentos definidos pela ANEEL e um criterioso gerenciamento de custos operacionais.

#### a. Gerenciamento de riscos de escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

#### b. Risco de não renovação das concessões

A Companhia possui concessões para exploração dos serviços de geração e distribuição de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia ("concessão onerosa") ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

## Notas Explicativas

### 20. TAXAS REGULAMENTARES

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	3.333	875
Quota da Conta de Consumo de Combustível - CCC	11.927	6.512
Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	3.891	4.551
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	1.177	-
<b>Total</b>	<b><u>20.328</u></b>	<b><u>11.938</u></b>

### 21. OBRIGAÇÕES DO PROGRAMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE) e Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15/3/2004 e 28/3/2007, respectivamente.

	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundo Nacional Desenv. Científico Tecnológico - FNDCT	620	451	-	-
Ministério de Minas e Energia - MME	310	225	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	10.008	13.087	16.223	12.705
Programa de Eficiência Energética - PEE	14.459	19.742	30.620	22.572
<b>Total</b>	<b><u>25.397</u></b>	<b><u>33.505</u></b>	<b><u>46.843</u></b>	<b><u>35.277</u></b>

A atualização das parcelas referentes aos PEE e P&D é efetuada pela taxa de juros SELIC, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 176, de 28/11/2005, nº 219, de 11/4/2006, nº 300, de 12/2/2008 e nº 316, de 13/5/2008, e Ofício Circular nº 1644/2009-SFF/ANEEL, de 28/12/2009.

Por meio da Resolução Normativa nº 233, de 24/10/2006, com validade a partir de 1/1/2007, a ANEEL estabeleceu novos critérios para cálculo, aplicação e recolhimento dos recursos do PEE. Entre esses novos critérios, foram definidos os itens que compõem a base de cálculo das obrigações, ou seja, a receita operacional líquida e o cronograma de recolhimento ao FNDCT e ao MME.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativos imobilizados tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

### 22. OBRIGAÇÕES ESTIMADAS - TRABALHISTAS

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisões sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	10.786	7.001
Provisão de encargos sociais sobre folha de pagamento (13º salário e férias)	3.991	2.590
<b>Total</b>	<b><u>14.777</u></b>	<b><u>9.591</u></b>

**Notas Explicativas****23. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

Está representada como segue:

	30/9/2011			31/12/2010		
	Provisão		Depósitos judiciais	Provisão		Depósitos judiciais
	No exercício	Saldo		No exercício	Saldo	
Cíveis - Consumidores (a)	(112)	3.157	6.438	(17)	3.269	6.213
Trabalhistas (b)	(909)	11.409	24.200	(536)	12.318	20.419
Fiscais e tributárias:						
PIS	-	-	-	-	-	703
<b>Total</b>	<b>(1.021)</b>	<b>14.566</b>	<b>30.638</b>	<b>(553)</b>	<b>15.587</b>	<b>27.335</b>

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
<b>Saldo em 31/12/2010</b>	<b>3.269</b>	<b>12.318</b>	<b>-</b>	<b>15.587</b>
Constituição	-	-	-	-
Baixas/reversão	(112)	(909)	-	(1.021)
Atualização	-	-	-	-
<b>Saldo em 30/9/2011</b>	<b>3.157</b>	<b>11.409</b>	<b>-</b>	<b>14.566</b>

Contingências passivas possíveis de perda (c):	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais	Total
31/12/2010	3.175	4.683	-	7.858
30/9/2011	3.082	4.189	-	7.271

(a) As ações judiciais de natureza cível referem-se, em sua grande maioria, a discussões sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais pelo consumidor, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia; bem como a ações em que consumidores pretendem a devolução de valores, em razão do aumento das tarifas de energia determinado pelas Portarias nº 38 e nº 45/1986, do extinto Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica - DNAEE, no período de congelamento de preços do Plano Cruzado.

(b) As ações judiciais de natureza trabalhista referem-se, de maneira geral, a discussões de ex-empregados pretendendo recebimento de horas extras, de adicional de periculosidade, horas de sobreaviso, indenizações por danos decorrentes de acidente no trabalho, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade solidária por verbas rescisórias.

- Foram provisionadas as contingências representadas pelas citadas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela Companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela Companhia dos valores provisionados, na hipótese de a Companhia ser vencida nas ações.

## Notas Explicativas

(c) A Companhia também apresentou os valores de suas contingências passivas cujas chances de êxito são possíveis. Por entendermos razoáveis as chances de êxito, não houve provisionamento dos referidos valores e, caso as referidas contingências venham a representar perda, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que haja o desembolso pela Companhia. As ações judiciais de natureza trabalhista e cível cujas chances de êxito são possíveis referem-se, em sua grande maioria as discussões mencionadas nos itens (a) e (b) acima.

### 24. INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS

Vencimento	Circulante			
	PCCS	Plano Bresser	Total	
			30/9/2011	31/12/2010
2011	5.196	14.783	19.979	81.950
2012	15.588	95.735	111.323	-
Ajuste a valor presente (a)	(1.285)	(4.010)	(5.295)	(3.854)
<b>Total</b>	<b>19.499</b>	<b>106.508</b>	<b>126.007</b>	<b>78.096</b>

  

Vencimento	Não circulante			
	PCCS	Plano Bresser	Total	
			30/9/2011	31/12/2010
2012	5.196	-	5.196	108.259
Ajuste a valor presente (a)	152	-	152	(10.248)
<b>Total</b>	<b>5.348</b>	<b>-</b>	<b>5.348</b>	<b>98.011</b>

(a) A Companhia procedeu ao cálculo do AVP projetando as parcelas da dívida pela taxa INPC/IBGE e descontando pela taxa SELIC projetada segundo a expectativa apresentada no boletim FOCUS. Foi elegida a taxa SELIC projetada como taxa de desconto por se considerar que esta reflete os juros compatíveis com a natureza, riscos da dívida, levando em conta as taxas de mercado praticadas na data da transição da Lei nº 11.638/2007. Tendo em vista a natureza e complexidade dos cálculos da indenização, a divulgação do fluxo de caixa e sua temporalidade foram omitidas, uma vez que o efeito líquido do AVP não é relevante.

#### Plano Bresser

Em 21/12/2004 a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará firmaram acordo referente à ação judicial que transitava na 4ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava 26,06% de reajuste sobre os salários congelados em junho de 1987, denominado Plano Bresser, homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 370.000, sujeito à atualização pela variação acumulada do INPC/IBGE, pagáveis mensalmente até 25/8/2012.

No 3º trimestre de 2011 o impacto no resultado da Companhia relativo à atualização monetária foi de R\$ 2.302 (R\$ 848 no 3º trimestre de 2010), perfazendo um total acumulado no período findo em 30/9/2011 de R\$ 10.406 (R\$ 7.084 no período findo em 30/9/2010).



## Notas Explicativas

### Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS)

Em 18/12/2008 foi homologado o acordo entre a Companhia e o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado do Pará referente à ação judicial que transitava na 12ª Vara Trabalhista de Belém do Pará, movida pelo Sindicato que pleiteava a anulação das alterações feitas na estrutura do Plano de Classificação de Cargos e Salários (PCCS), homologado em todos os termos da petição.

O valor homologado no acordo corresponde ao montante de R\$ 75.000, sujeito a atualização anual pela variação acumulada do INPC/IBGE nos doze meses anteriores, pagáveis mensalmente até 20/12/2012.

### 25. OUTROS PASSIVOS

	Circulante		Não circulante	
	30/9/2011	31/12/2010	30/9/2011	31/12/2010
Convênios de arrecadação	1.881	3.060	-	-
Adto. de consumidor - Simara - Siderúrgica Marabá	3.171	5.972	-	-
Adto . de consumidor - diversos	4.234	1.396	-	6.240
Conta paga em duplicidade	10.096	9.567	-	-
Encargo de capacidade emergencial	1.527	1.554	-	-
Tarifa de uso do sistema de distribuição	3.007	-	-	-
C.R.Almeida S.A . - Engenharia e Construções (a)	30.181	24.807	6.829	18.357
Encargos ex-isolados	831	2.340	-	-
Benefícios a aposentados	2.793	1.693	-	-
Subvenção PIS - CCC	-	-	8.806	5.731
Subvenção COFINS - CCC	-	-	40.560	26.398
Outros	4.229	4.165	3.098	3.084
<b>Total</b>	<b>61.950</b>	<b>54.554</b>	<b>59.293</b>	<b>59.810</b>

(a) Refere-se ao parcelamento da ação ordinária de indenização de autos nº 1993.1.002606-0 junto à C.R. Almeida S.A . – Engenharia e Construções, a ser pago em 50 parcelas mensais e sucessivas, corrigidas pelo IGP-M acrescidas de juros de 6% ao ano.

### 26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### 26.1. Capital Social

O capital social da Companhia em 30/9/2011 é de R\$ 518.932 (R\$ 518.932 em 31/12/2010), e sua composição por classe de ações e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações									
	Ordinárias		Preferenciais						Total	
		%	A	%	B	%	C	%		%
QMRA	32.656.151	54,98	45.395	2,10	-	-	25.466	2,12	32.727.012	51,26
Eletrobrás	20.664.721	34,79	121.339	5,60	1.074.634	99,01	-	-	21.860.694	34,24
Rede Energia	6.061.329	10,20	300.617	13,87	2	-	90.437	7,53	6.452.385	10,11
Outros	15.295	0,03	1.699.465	78,43	10.737	0,99	1.085.346	90,35	2.810.843	4,39
<b>Total</b>	<b>59.397.496</b>	<b>100,00</b>	<b>2.166.816</b>	<b>100,00</b>	<b>1.085.373</b>	<b>100,00</b>	<b>1.201.249</b>	<b>100,00</b>	<b>63.850.934</b>	<b>100,00</b>

## Notas Explicativas

Os acionistas terão direito de receber como dividendos obrigatórios em cada exercício, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado. A distribuição dos dividendos será efetuada observando-se a preferência das ações preferenciais em relação às ordinárias, da seguinte forma:

- a) Os titulares das ações preferenciais terão assegurado o recebimento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do estatuto, se a porcentagem de 25% dos lucros líquidos, prevista no "caput" desse artigo, não permitir melhor remuneração às ações preferenciais;
- b) Não haverá prioridade para recebimento dos dividendos mínimos para as classes de ações preferenciais, de forma que, se o valor disponível para distribuição for insuficiente para pagamento integral dos dividendos mínimos das três classes de ações preferenciais, as ações das três classes participarão igualmente da distribuição, no limite do percentual assegurado a cada classe;
- c) Após o pagamento dos dividendos mínimos das ações preferenciais, e à medida que o saldo dos lucros líquidos permitir, os acionistas que possuem ações ordinárias receberão os mesmos dividendos mínimos pagos às ações preferenciais, destinando-se o saldo dos dividendos, se houver, às ações ordinárias e preferenciais em igualdade de condições;
- d) Os dividendos atribuídos às ações ordinárias não poderão ser superiores aos pagos a qualquer das classes das ações preferenciais. O estatuto estabelece distribuição de dividendo mínimo sobre o valor do capital representado pelas respectivas classes de ações nos seguintes percentuais:

Ações preferenciais classe "A" - 6%

Ações preferenciais classe "B" - 10%

Ações preferenciais classe "C" - 3%

### 26.2. Outros resultados abrangentes

	<u>30/9/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Reserva de reavaliação	363.476	388.400
	<u>363.476</u>	<u>388.400</u>

### 27. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

#### Dividendos:

Saldo em 31/12/2010	34.491
Dividendos pagos	<u>(4.682)</u>
Saldo em 30/9/2011	<u>29.809</u>

#### Juros sobre capital próprio (JCP):

Saldo em 31/12/2010	334
JCP pagos	<u>(100)</u>
Saldo em 30/9/2011	<u>234</u>

<b>Total Dividendos e Juros sobre Capital Próprio em 30/9/2011</b>	<b><u>30.043</u></b>
--	----------------------

**Notas Explicativas****28. RESULTADO BRUTO**

	<u>30/9/2011</u>	<u>30/9/2010</u>
<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>		
Fornecimento de energia elétrica	1.235.998	1.047.833
Disponibilização do sistema de distribuição	673.156	681.222
Suprimento de energia elétrica	9.989	3.057
Receita de construção (a)	586.517	293.586
Outras receitas	14.543	12.238
<b>Total da receita bruta de vendas</b>	<b><u>2.520.203</u></b>	<b><u>2.037.936</u></b>
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
<b>Tributos diretos:</b>		
ICMS	(404.194)	(362.906)
PIS	(32.250)	(28.942)
COFINS	(148.518)	(133.311)
ISS	-	(10)
<b>Subtotal</b>	<b><u>(584.962)</u></b>	<b><u>(525.169)</u></b>
<b>Encargos do consumidor:</b>		
Quota - Reserva Global de Reversão - RGR	(16.234)	(10.791)
Quota - Conta de Consumo de Combustível - CCC	(59.401)	(37.366)
Quota - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(10.452)	(8.303)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.434)	(2.331)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(2.434)	(2.335)
Estudo de Pesquisa de Energética - EPE	(1.217)	(1.169)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(6.085)	(5.827)
Ressarcimento de perdas de ICMS ex-SIN	(3.540)	-
<b>Subtotal</b>	<b><u>(101.797)</u></b>	<b><u>(68.122)</u></b>
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b><u>(686.759)</u></b>	<b><u>(593.291)</u></b>
<b>RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS</b>	<b><u>1.833.444</u></b>	<b><u>1.444.645</u></b>
<b>CUSTO DE SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>		
Energia elétrica comprada para revenda	(624.564)	(539.593)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(84.388)	(70.058)
	<b><u>(708.952)</u></b>	<b><u>(609.651)</u></b>
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>		
Pessoal	(54.297)	(48.304)
Material	(4.606)	(5.536)
Materia prima e insumos p/produção energia elétrica	(175.092)	(180.173)
Serviços de terceiros	(119.735)	(101.166)
Depreciação e amortização	(97.828)	(84.738)
Subvenções CCC	211.522	160.117
Custo de construção (a)	(586.517)	(293.586)
Outros	(8.045)	(1.439)
	<b><u>(834.598)</u></b>	<b><u>(554.825)</u></b>
<b>Total custo dos bens e/ou serviços vendidos</b>	<b><u>(1.543.550)</u></b>	<b><u>(1.164.476)</u></b>
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b><u>289.894</u></b>	<b><u>280.169</u></b>

(a) A receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo a receita de construção igual a custo de construção.

**Notas Explicativas****28.1. Receita bruta de vendas**

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Residencial	1.519.870	1.453.430	1.812.780	1.782.394	808.726	715.993
Industrial	3.715	3.801	996.461	953.665	313.939	276.641
Comercial, serviços e outras atividades	136.693	135.120	1.022.208	986.748	476.905	428.631
Rural	123.555	129.075	141.933	139.699	43.594	38.904
Poder público	16.479	15.593	311.472	304.720	138.506	125.743
Iluminação pública	379	357	192.094	187.975	51.977	45.720
Serviço público	1.607	1.533	173.963	165.203	46.582	41.071
Consumo próprio	277	264	24.946	24.138	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(3.095)	11.839
Receita do uso da rede	-	-	-	-	13.675	13.497
Fornec. não faturado reposição tarifária	-	-	-	-	2	(10.183)
Redução da receita - Baixa renda	-	-	-	-	31.390	41.222
Fornec. não faturado - diferimento de TUSD	-	-	-	-	(13.066)	-
Provisão Redução Tarifa - Irrigação	-	-	-	-	19	(23)
<b>Subtotal</b>	<b>1.802.575</b>	<b>1.739.173</b>	<b>4.675.857</b>	<b>4.544.542</b>	<b>1.909.154</b>	<b>1.729.055</b>
Suprimentos - CCEE	-	-	346.030	84.526	9.989	3.057
Receita de construção	-	-	-	-	586.517	293.586
Outras receitas	-	-	-	-	14.543	12.238
<b>Total</b>	<b>1.802.575</b>	<b>1.739.173</b>	<b>5.021.887</b>	<b>4.629.068</b>	<b>2.520.203</b>	<b>2.037.936</b>

**29. DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS**

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas		Outras receitas operacionais		Outras despesas operacionais	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
Pessoal	(3.115)	(8.647)	(20.325)	(18.980)	-	-	-	-
Administradores	-	-	(2.609)	(1.986)	-	-	-	-
Material	(1.148)	(426)	(4.894)	(3.274)	-	-	-	-
Serviço de terceiros	(36.359)	(44.991)	(36.903)	(44.640)	-	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	(4.902)	(3.733)	-	-	(143)	(143)
Arrendamentos e aluguéis	(34)	(24)	(3.934)	(4.484)	-	-	-	-
Seguros	-	(31)	(461)	(1.049)	-	-	-	-
Tributos	-	-	(3.655)	(4.409)	-	-	(89)	(6)
Provisões (líquidas de reversão)	4.248	(13.863)	-	-	-	-	1.021	536
Taxa de fiscalização	-	-	-	-	-	-	(2.974)	(2.552)
Doações, contribuições e subvenções	-	-	(59)	-	-	-	(2.757)	(1.884)
Ganho na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	535	5.689	-	-
Perdas na desativação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(2.886)	(1.010)
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	-	-	-	(2)	(2.050)
Outros	(6.832)	1.331	(7.255)	(7.014)	861	471	(492)	(21)
<b>Total</b>	<b>(43.240)</b>	<b>(66.651)</b>	<b>(84.997)</b>	<b>(89.569)</b>	<b>1.396</b>	<b>6.160</b>	<b>(8.322)</b>	<b>(7.130)</b>

**Notas Explicativas**

	Despesas com vendas		Despesas gerais e administrativas	
	30/9/2011	30/9/2010	30/9/2011	30/9/2010
<b>Despesas com pessoal:</b>				
Remuneração	(2.244)	(6.586)	(15.548)	(15.406)
Encargos sociais - INSS	(590)	(1.445)	(3.148)	(2.504)
Encargos sociais - FGTS	(182)	(442)	(908)	(711)
Contribuição como mantenedor da fundação	(85)	(139)	(521)	(274)
Indenização sobre o saldo do FGTS	(14)	(35)	(199)	(87)
( - ) Transferências para ordens em curso	-	-	(1)	2
<b>Total</b>	<b>(3.115)</b>	<b>(8.647)</b>	<b>(20.325)</b>	<b>(18.980)</b>

**30. RESULTADO FINANCEIRO**

	30/9/2011	30/9/2010
<b>Receitas financeiras:</b>		
Renda de aplicação financeira	19.472	10.670
Mútuo com partes relacionadas	6.203	30.349
Juros ativos	19.367	34.382
Variação monetária	30.003	49.310
Acréscimos moratórios	35.833	27.938
Ajuste a valor presente	34.273	9.967
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	15.328	27.623
Operações de <i>swap</i>	12.850	40.362
Outras receitas financeiras	9.067	2.666
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>182.396</b>	<b>233.267</b>
<b>Despesas financeiras:</b>		
<b>Encargos de dívidas</b>		
Moeda nacional	(101.627)	(84.137)
Moeda estrangeira	(24.284)	(12.939)
Mútuo com partes relacionadas	(11.493)	(8.463)
<b>Subtotal</b>	<b>(137.404)</b>	<b>(105.539)</b>
<b>Variações monetárias</b>		
Moeda nacional	(26.434)	(23.131)
Moeda estrangeira	(112.055)	(39.154)
<b>Subtotal</b>	<b>(138.489)</b>	<b>(62.285)</b>
Juros / multas	(150.567)	(97.205)
Ajuste a valor presente	(41.937)	(22.978)
Ajuste marcação a mercado - <i>swap</i>	(20.067)	(28.803)
Operações de <i>swap</i>	(24.662)	(90.912)
Outras despesas financeiras	(37.091)	(46.532)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(550.217)</b>	<b>(454.254)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(367.821)</b>	<b>(220.987)</b>

## Notas Explicativas

### 31. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Cálculo de lucros (prejuízo) por ação (em milhares, exceto valor por ação).

	Exercícios findos em	
	30/9/2011	30/9/2010
<b>Resultado básico por ação</b>		
<b>Numerador</b>		
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>		
Para acionistas preferenciais classe A	(5.428)	(3.441)
Para acionistas preferenciais classe B	(2.718)	(1.723)
Para acionistas preferenciais classe C	(3.008)	(1.907)
Para acionistas ordinários	(148.787)	(94.321)
	<b>(159.941)</b>	<b>(101.392)</b>
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações preferencias classe A	2.167	2.167
Média ponderada de número de ações preferencias classe B	1.085	1.085
Média ponderada de número de ações preferencias classe C	1.201	1.201
Média ponderada de número de ações ordinárias	59.398	59.398
	<b>63.851</b>	<b>63.851</b>
<b>Resultado básico por ação</b>		
Ações preferencias classe A	(2,50491)	(1,58795)
Ações preferencias classe B	(2,50491)	(1,58795)
Ações preferencias classe C	(2,50491)	(1,58795)
Ações ordinárias	(2,50491)	(1,58795)

### 32. REVISÃO TARIFÁRIA

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 1.188 de 2/8/2011, prorrogou a vigência das tarifas de distribuição de energia elétrica da Resolução Homologatória nº 1.035 de 3/8/2010, que estariam vigentes até 6/8/2011. Esta prorrogação está prevista até o término em definitivo do processo da 3ª Revisão Tarifária da Companhia. A variação de receita decorrente da diferença entre as tarifas aplicadas no período provisório e as definidas na homologação dos resultados definitivos, será calculada e compensada retroativamente à data contratual. Até o encerramento destas informações, a situação permanece inalterada.

\* \* \*

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório de revisão dos auditores independentes

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA

Belém - PA

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para os períodos de três e nove meses findos naquela data, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi adequadamente elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao período anterior

Em 4 de abril de 2011, a BDO Auditores Independentes, entidade legal estabelecida no Brasil e que detinha por contrato o uso da arca internacional BDO, passou a integrar a rede KPMG de sociedades profissionais de prestação de serviços com a nova denominação social de KPMG Auditores Associados. A BDO Auditores Independentes revisou e auditou as informações contábeis intermediárias e as demonstrações financeiras do período e exercício findos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2010, respectivamente, enquanto ainda detinha o direito de uso da marca BDO, tendo emitido relatórios datados em 25 de março de 2011 e 2 de março de 2011, respectivamente, que não contiveram modificações.

São Paulo, 10 de novembro de 2011

KPMG Auditores Associados (nova denominação social da BDO Auditores Independentes)

CRC SP-013439/F-6

Mateus de Lima Soares

Contador CRC RJ-079681/O-0 S-PA